



## Cúpula de Legisladores firma pacto por um mundo sustentável

Em encontro paralelo à Rio+20, parlamentares de mais de 80 países definiram protocolo de compromissos em favor do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

Um dos objetivos da Cúpula Mundial de Legisladores, encerrada domingo no Rio de Janeiro, é ser reconhecida no documento final da conferência da ONU como uma instância importante para se atingir as metas de crescimento sustentável. Os compromissos aprovados por parlamentares de todo o mundo incluem a reafirmação do princípio do não retrocesso ambiental — que impede a aprovação de legislações contrárias a acordos assumidos anteriormente. Também propõe a erradicação da pobreza e a inclusão do capital natural na soma das riquezas dos países. A cúpula deverá se reunir a cada dois anos no Rio. **3**



Senadores Rodrigo Rollemberg (3º à esq.) e Cicero Lucena (2º à dir.) com o presidente da Globe International, John Gummer (C)

João de Araújo/Agência Senado

### especial Cidadania

#### Invisível, poluição sonora cresce e se agrava

Sem destaque nas discussões ambientalistas da Rio+20, ruídos excessivos já são a segunda maior causa de doenças entre

os tipos de poluição. Normas atuais de prevenção no Brasil estão espalhadas, mas Congresso discute uma lei nacional. **4 e 5**

#### Encarte reúne propostas ambientais em discussão

ESPECIAL  
JORNAL DO SENADO

Meio ambiente é pauta permanente no Senado



Senadores marcam presença na Rio+20

Jonas Pereira/Agência Senado



Ao lado de Vital (E), Valadares (C) e Humberto dizem que Toffoli fez interferência indevida

#### Julgamento de Demóstenes no Conselho de Ética é adiado

Decisão foi determinada pelo ministro do STF Dias Toffoli. Análise do processo ficou para segunda-feira. **7**

#### Concluída proposta de Código Penal **6**



Juristas Emanuel Cacho, Gilson Dipp e Luiz Carlos Gonçalves: texto será entregue dia 27

#### Barreira da Argentina ameaça emprego no RS **8**



Paulo Paim (C) ouve Valdemir Corrêa, representante de trabalhadores nas indústrias da alimentação do RS

#### Em sessão pelos 50 anos do Acre, senadores apontam pioneirismo na preservação ambiental **8**

# Senado vota duas medidas provisórias após a Rio+20

Votações em Plenário foram adiadas para a semana que vem porque 24 senadores foram ao Rio de Janeiro para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta de votações do Senado e só devem ser analisadas a partir da próxima semana. Até o dia 22, a Casa não terá votações em Plenário devido à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. As votações foram adiadas por acordo de lideranças, já que 24 senadores foram ao Rio de Janeiro representar a Casa na conferência.

O primeiro item da pauta é a MP 559/12, que autoriza a Eletrobras a assumir o controle acionário da Celg, companhia de distribuição de energia de Goiás. Sob a relatoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), a MP foi transformada em Projeto de Lei de Conversão 13/12 na Câmara para incluir temas previstos na MP 556/11, que perdeu a validade em maio por não ter sido analisada pelos deputados.

Entre os temas acrescentados à MP 559/12, está a ampliação para todas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Regime

Diferenciado de Contratações (RDC), criado para agilizar as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Uma das novidades é a possibilidade de a administração pública licitar um empreendimento por meio de contratação integrada. Outra mudança é a redução dos prazos entre a divulgação do edital e a abertura das propostas. Pela Lei das Licitações (Lei 8.666/93), esses prazos podem chegar a 45 dias. Com o PLV, passam a variar de 3 a 30 dias úteis. Além disso, não é obrigatória a apresentação de projeto básico com previsão detalhada de gastos.

Também foi incluído no PLV 13/12 o esclarecimento de que o Plano de Seguridade Social dos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios não incide sobre o adicional de férias, adicionais noturno e por serviço extraordinário, assistência suplementar à saúde e assistência pré-escolar. O objetivo é acabar com pendências judiciais sobre o tema.

O projeto de conversão aprovado na Câmara assegura às construtoras do Programa Minha Casa, Minha Vida regime tributário que substitui quatro tributos (Imposto de Renda, PIS-Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Cofins) por uma alíquota única de 1% sobre a receita mensal recebida com o empreendimento. Esse regime vai até dezembro de 2014. O PLV trata ainda do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.

Segunda medida provisória na pauta do Senado, a MP 560/12 concede crédito extraordinário de R\$ 40 milhões ao Ministério da Defesa para trabalhos de remoção dos escombros da Estação Antártica Comandante Ferraz. A estação foi destruída por um incêndio em fevereiro. Além de destruir 80% da base de pesquisas — que possuía laboratórios para ciências biológicas, atmosféricas e químicas — o fogo causou morte de dois militares que trabalhavam no local.



Senador diz que atual capitalismo é incompatível com a preservação

Brasil deve aproveitar o momento da Rio+20, diz Gurgacz

## Para Requião, conferência “parece fracasso anunciado”

Ao comentar a Rio+20, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a atual sociedade capitalista é incompatível com a preservação da natureza. Ele acha que a Terra não aguentará mais países com o mesmo padrão de consumo de Estados Unidos, Japão e nações europeias.

— Não vamos a lugar algum se o modelo econômico não for modificado. Mais cedo ou mais tarde, o instinto de sobrevivência da humanidade vai, necessariamente, por fim a esse modelo — disse.

Requião também lamentou críticas quase diárias do líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), ao governo e aproveitou para anunciar projeto de lei complementar sobre planos para estados e municípios em dívida com a União celebrarem convênios para parcelar o pagamento. Ele explicou que estados e municípios poderão usar parte das dívidas para investir em serviços, aperfeiçoamento da máquina pública, infraestrutura, saúde, segurança e educação.

## Gurgacz defende liderança do Brasil na discussão ambiental

O fato de sediar mais uma vez uma conferência sobre desenvolvimento sustentável já coloca o país na condição de protagonista, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO), mas é preciso assumir o papel de liderança na governança global.

— Devemos aproveitar a oportunidade para conduzir a política ambiental com base na nossa capacidade extraordinária científica e tecnológica, com luz própria.

Ele disse que o zoneamento ecológico e a regularização fundiária vão contribuir para a redução do desmatamento. O Brasil, na opinião de Gurgacz, será o maior produtor de alimentos do planeta, mas não pode abrir mão da soberania. Segundo o senador, as pressões estrangeiras pela internacionalização da Amazônia têm sido constantes desde o final da década de 1980.

Amanhã, às 10h, o tema será debatido na Rio+20 em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), presidida por Gurgacz.



Pequenas ações podem contribuir para a preservação do meio ambiente, diz Ana Amélia

Para Raupp, desenvolvimento econômico e compromisso ambiental são compatíveis



## Ana Amélia: consumir menos e manter crescimento é desafio

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que pequenas ações, praticadas por qualquer pessoa, podem contribuir para a preservação do meio ambiente. A senadora citou como exemplos a racionalização do uso da água e da energia elétrica e o uso de sacolas retornáveis.

— Num mundo de sete bilhões de pessoas, a grande questão é como consumir menos, como economizar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, manter o crescimento econômico e garantir ocupação e alimento a todos.

Para Ana Amélia, a Humanidade demorou a compreender seu dever de preservar o meio ambiente e usar de maneira sustentável os finitos recursos naturais.

— Estamos envolvidos com a proteção do meio ambiente desde o primeiro gesto do nosso dia: ao escovar os dentes e lembrar-se de fechar a torneira — observou.

A senadora gaúcha citou campanha realizada por veículos de comunicação do município de Passo Fundo (RS) para divulgar a importância da economia de água. Ela acrescentou que a matriz energética brasileira está concentrada em hidrelétricas, dependendo essa geração de água abundante, portanto.

## Raupp aponta falhas em órgãos que concedem licença ambiental

Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou a forma de discussão e análise dos licenciamentos ambientais no país. Segundo ele, falta qualificação técnica aos órgãos responsáveis por conceder licenças. Raupp também apontou conflitos de competência.

— A visão cartorial do processo, a baixa qualidade dos estudos ambientais apresentados para obtenção das licenças e a limitada capacidade técnica dos órgãos de licenciamento constitui a receita para a aparente paralisação dos procedimentos — afirmou.

Para Raupp, em vez de resolver conflitos sociais e ambientais, o processo de emissão de licenças foi desvirtuado e a legislação estaria causando entraves e excessiva judicialização dos processos.

— Precisamos de uma legislação mais moderna e menos burocrática, que tenha uma visão estratégica de longo prazo — disse.

O senador também afirmou que o desenvolvimento econômico e o compromisso ambiental são compatíveis e conciliáveis, ao frisar o papel do Brasil na Rio+20. Segundo ele, o país tem se desenvolvido e conquistado cada vez mais a consciência de não desmatar.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Estão inscritos Paulo Paim (PT-RS) e Ana Amélia (PP-RS).

### MERCOSUL: Relações comerciais com a Argentina

13h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul debate caminhos para as relações comerciais entre Brasil e Argentina. Foram convidados a senadora argentina Laura Gisela Montero, presidente da Comissão de Economia Nacional e Investimentos, e o deputado Guillermo Carmona, presidente da Comissão de Relações Exteriores. Diplomatas brasileiros também participarão da audiência pública.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Entre os compromissos assumidos no documento elaborado no Rio está o fortalecimento das políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza



Parlamentares de mais de 80 países estiveram na Cúpula. No alto, ao centro: o relator, Rollemberg (D), entrega documento a Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20

Jane de Araújo/Agência Senado

## Rollemberg propõe triplicar matriz energética renovável

No painel “O clima pela óptica do Parlamento”, no ciclo de debates Rio Clima, Rodrigo Rollemberg propôs triplicar a participação da matriz renovável na produção energética do mundo, que hoje é em média 13%, para conter o aquecimento global. No Brasil, essa participação é de 44%. O senador propôs ainda dobrar as unidades de conservação da natureza e reduzir o uso de água na agricultura.

O Rio Clima, coordenado pelo deputado Alfredo Sirkis (PV-RJ), é realizado concomitantemente à Rio+20. Rollemberg reconheceu que, na elaboração do documento final da conferência, há um impasse muito grande, “decorrente tanto dos interesses dos países desenvolvidos como da visão pequena dos líderes mundiais”.

— Há uma crise não apenas econômica, mas também de falta de lideranças no cenário mundial. A Rio+20 não será um sucesso extraordinário nem um fracasso. Cumprirá um papel importante no processo de mobilização da opinião pública mundial, que vai pressionar governos e parlamentos para avançar na agenda de desenvolvimento sustentável. Vai produzir alguns avanços, como o acordo sobre oceanos. Enfim, será um passo importante. Mas poderíamos dar passos maiores e mais firmes — disse.

O senador afirmou ser muito difícil convencer o cidadão a mudar seu padrão de consumo. Ele defendeu que as novas gerações sejam educadas com a consciência de que, sem essa mudança, não se chegará a um desenvolvimento sustentável.

# Cúpula Mundial de Legisladores aprova protocolo de compromissos



EM SEU ÚLTIMO dia, domingo, a Cúpula Mundial de Legisladores, no

Rio de Janeiro, aprovou um protocolo de compromissos com o desenvolvimento sustentável. O evento acontece paralelamente à Conferência Rio+20, das Nações Unidas.

O protocolo foi entregue pelo relator da cúpula, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ao secretário-geral da conferência, o chinês Sha Zukang.

— A intenção é que a Cúpula de Legisladores seja reconhecida, no documento final a ser produzido pelas Nações Unidas, como um processo importante para a agenda de implementação das metas de desenvolvimento sustentável — disse o senador.

Entre os compromissos está a reafirmação do princípio do

não retrocesso no direito ambiental, ou seja, não se pode aprovar nova meta ou legislação que restrinja compromisso anteriormente assumido. Outro compromisso é fortalecer as políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

### Capital natural

O protocolo propõe ainda incluir o capital natural no cômputo das riquezas dos países, na análise de políticas e no processo decisório. Os compromissos assumidos serão reavaliados a cada dois anos, em reuniões a serem realizadas no Rio de Janeiro.

Rollemberg citou ainda a conclamação para que todos os governos ratifiquem o Protocolo de Nagoya, segundo ele “uma agenda importante para a proteção da diversidade biológica a repartição de seus benefícios”.

— Os parlamentos, como

expressões da sociedade civil, devem estar à frente do seu tempo. Devem contribuir para pressionar os governos nacionais a tomarem atitudes mais ousadas e mais avançadas no que se refere à implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável — considerou.

Também presente ao encontro, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) enfatizou a importância da Cúpula de Legisladores. Nela, mais de 80 países estavam representados e 36 presidentes de parlamentos estavam presentes.

— As Nações Unidas têm que entender que, sem a devida participação dos parlamentares, dificilmente conseguiremos qualquer avanço na área ambiental — afirmou.

Vanessa destacou o consenso do grupo em torno de um texto de protocolo “extremamente progressista, que inclui o capital natural em contraposição

ao capital artificial, atualmente utilizado como medida de riqueza das nações”. Ela disse que nenhum avanço na área ambiental será alcançado sem avanços também na questão social, e que a economia verde tem que ser inclusiva.

— O mercado sem qualquer tipo de regulamentação criou todos os problemas.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a cúpula fará com que os parlamentos façam valer suas vozes. O senador lembrou que os parlamentos representam inclusive as minorias de cada nação, e podem fazer as vozes destas chegarem às Nações Unidas.

O 1º secretário do Senado Cícero Lucena (PSDB-PB) — presidente no Brasil da Globe International, entidade que congrega parlamentares de todo o mundo e que patrocinou o encontro — também participou da cúpula.

## Conheça a íntegra do Protocolo GLOBE–Rio+20 de Legisladores

“ Em busca da concretização dos objetivos tanto da Cúpula da Terra de 1992, no Rio, como da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul, em 2002 e tendo em mente os objetivos da Cúpula Rio+20, tais quais definidos pelas Nações Unidas, a saber:

- A renovação dos compromissos políticos dos países com o desenvolvimento sustentável;
- A avaliação do progresso nesta área;
- A identificação dos gargalos e novos desafios de implementação das ações previstas nas conferências anteriores;

Ao reiterar nosso compromisso com os princípios inscritos na Declaração do Rio de 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento, inclusive as responsabilidades comuns, mas diferenciadas

Ao reconhecer a contínua necessidade de capacitação, assistência tecnológica e financeira aos países em desenvolvimento.

Ao reconhecer que, embora alguns avanços tenham sido realizados desde 1992, a implementação dos objetivos acordados não foi unívoca até o momento.

Ao lamentar a falta de reconhecimento apropriado do papel singular dos legisladores na

busca e na implementação do desenvolvimento sustentável em cada uma destas conferências.

Ao ressaltar que a implementação dos objetivos originais do Rio foi dificultada pela ausência de três elementos-chave:

- A transposição efetiva dos objetivos do Rio em legislação nacional;
- Uma estrutura eficaz de monitoramento que favorecesse a prestação de contas por parte dos governos no que tange aos objetivos acordados no Rio;
- O engajamento pleno e efetivo de ministros da Fazenda, de Finanças e de Economia.

Ao reconhecer o papel dos legisladores de:

- Desenvolvimento, aprovação e monitoramento da implementação de legislações nacionais;
- Fiscalização e controle da performance dos governos e aumento do seu nível de ambição;
- Aprovação de orçamentos e contas nacionais;
- Avanço da abordagem do capital natural no âmbito dos respectivos países;
- Fomento de debates e da educação sobre o desenvolvimento sustentável com justiça

social e respeito à diversidade cultural, conforme a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco;

- Promoção da diplomacia parlamentar em questões de desenvolvimento sustentável.

Ao reconhecer as boas práticas vigentes em nossos países, inclusive em nível subnacional e das cidades, bem como o valor e a importância de enfatizar e divulgar essas boas práticas.

Nós, legisladores de 85 países, reunimo-nos na ocasião da primeira Cúpula Mundial de Legisladores, no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de junho de 2012, e

### Comprometemo-nos a:

- Renovar o compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, levando em consideração as três dimensões principais: o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social;
- Fortalecer o princípio do não retrocesso no direito ambiental;
- Fortalecer a governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, regional e local;
- Fortalecer a resposta legislativa em nossos

respectivos parlamentos para atingir os objetivos da Rio;

- Fortalecer nosso comprometimento com políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável e uma economia verde inclusiva, respeitando a soberania nacional;
- Trazer para o centro dos debates na formulação de políticas a redução dos riscos de desastre;
- Promover ou apoiar políticas públicas de erradicação da pobreza;
- No contexto do desenvolvimento sustentável:
  - Incentivar a inclusão do capital natural nas contas nacionais de nossos respectivos países;
  - Fazer avançar legislação que integre a abordagem do capital natural na análise de políticas e no processo decisório;
- Desenvolver um plano de controle por parte dos legisladores nacionais para fiscalizar nossos governos e seus compromissos em relação à Conferência do Rio, bem como na forma de eles interagirem nos processos internacionais e com as agências das Nações Unidas sobre o tema do desenvolvimento

sustentável, inclusive o início dos debates em nossos legislativos, pelo menos anualmente para avaliar o progresso da implementação dos objetivos do Rio; e

- Reunir-nos, a cada dois anos, no Rio de Janeiro, Brasil, na Cúpula Mundial de Legisladores com o intuito de:
  - Destacar e compartilhar as melhores práticas legislativas;
  - Relatar o progresso nacional frente a cada um dos objetivos da Cúpula Mundial de Legisladores em relação ao avanço da legislação e ao fortalecimento do controle;
  - Debater novas estratégias internacionais para o desenvolvimento sustentável, ao passo que

Recomendamos que os governos ratifiquem o Protocolo de Nagoya, e

Convocamos os governos a apoiar a iniciação do processo da Cúpula de Legisladores, de modo a reconhecê-lo no documento final da Rio+20, bem como a apoiar os legisladores em seus esforços de promulgação de leis e de fortalecimento da fiscalização e do controle da implementação dos compromissos assumidos no Rio pelos governos.

# A poluição que ninguém vê avança contra a saúde

Sem destaque nas discussões da Rio+20, poluição sonora cresce nas grandes cidades e já ocupa o segundo lugar como maior causadora de doenças, segundo a Organização Mundial da Saúde, à frente até da poluição da água

Marcio Maturana

A RIO+20, CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, não dedica na versão inicial de seu *Esboço Zero*, documento que será entregue até amanhã aos chefes de Estado participantes, nenhuma linha à poluição sonora. Ano passado, essa poluição ultrapassou a da água para ocupar o segundo lugar como maior causadora de doenças. Nesse preocupante *ranking* da Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição sonora fica atrás apenas da atmosférica.

— Temos amplos temas de discussão onde esse assunto pode vir a ser abordado, de acordo com os participantes, mas no programa do debate Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável não foi criado um tópico sobre poluição sonora — admitiu a diplomata responsável pela coordenação dos diálogos na conferência, Patrícia Leite.

Mas a população tem demonstrado sua atenção ao problema: a poluição sonora foi um dos primeiros temas sugeridos no Portal e-Cidadania do Senado, onde desde o mês passado todo cidadão pode apresentar ideias para projetos de lei. Afinal, é comum nas grandes cidades os habitantes serem submetidos a diversas agressões sonoras ao mesmo tempo: buzinas, motores, anunciantes de loja, música alta em carros ou no vizinho, animais domésticos, templos religiosos, construções, grevistas, fábricas, aeroportos e ferrovias.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, acredita que a poluição sonora não ganha a

dimensão de outros assuntos ambientais nos fóruns internacionais porque seus efeitos são locais.

— A poluição sonora é diferente de problemas como mudanças climáticas, desmatamento e poluição de rios, que têm consequências mundiais — disse o senador, que está no Rio de Janeiro participando do encontro mundial sobre desenvolvimento sustentável.

Pesquisas recentes, no entanto, demonstram que a poluição sonora também causa danos a florestas e mares. Em março, o Centro Nacional de Síntese Evolucionária, dos Estados Unidos, revelou que a reprodução de vegetais é afetada porque ruídos de tráfego intenso de veículos afastam do debate Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável não foi criado um tópico sobre poluição sonora — admitiu a diplomata responsável pela coordenação dos diálogos na conferência, Patrícia Leite.

## Um milhão de anos

Nas pessoas, além de zumbidos e perdas auditivas, existem efeitos no sistema nervoso central e em todos os órgãos neurovegetativos, como os do sistema cardiovascular e gastrointestinal. O psiquismo também sofre e existem alterações de sono, de atenção, irritabilidade e perda de memória. A pesquisa da OMS que avançou a poluição

sonora no *ranking* revelou também que a população da Europa perde um milhão de anos de vida a cada ano em decorrência de problemas de saúde desencadeados — ou agravados — por exposição excessiva a ruídos.

— São males silenciosos. A poluição atmosférica causa problemas respiratórios rapidamente evidentes, e a poluição visual é mais fácil de perceber. A exposição ao ruído só se sente individualmente e a longo prazo, muitas vezes sem se dar conta — disse a presidente da Comissão de Saúde do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Maria Cristina Pedro Biz.

A fonoaudióloga Ana Claudia Fiorini, professora da PUC-SP, da Unifesp e ex-presidente da Academia Brasileira de Audiologia (ABA), está trabalhando em trazer para o Brasil o programa internacional Dangerous Decibels. O objetivo é, por meio de uma campanha com foco em crianças em idade escolar, conscientizar sobre a necessidade da redução de ruídos para a saúde auditiva.

— Pretendemos oficializar esse programa no país através de parceria entre a ABA e o Ministério da Educação. Por enquanto, iniciativa semelhante acontece principalmente no Dia Internacional Cientificização Sobre o Ruído, 15 de abril, quando diversas entidades científicas promovem campanhas de conscientização — explicou Ana Claudia.

O mundo agradecerá se essas campanhas forem bem-sucedidas entre as crianças de hoje para que a poluição sonora ganhe mais atenção dos futuros ambientalistas numa possível (e tomara que desnecessária) Rio+40.



O trânsito é o principal causador de poluição sonora nas grandes cidades, com ruído de motores, buzinas, música alta e vendedores

## Amparo contra barulho está espalhado na legislação

Criou-se uma ideia errada de que o Brasil tem uma “Lei do Silêncio” que proíbe abusar de ruídos antes das 8h e depois das 22h. Na verdade, não existe essa lei nacional e não se pode fazer barulho em horário nenhum. O que existe de fato é um conjunto de normas desde a Constituição federal (Artigo 225) até convenções de condomínio, além de políticas urbanas envolvendo órgãos federais, estaduais e municipais. Tudo varia de estado para estado e de município para município.

Mas a lei nacional pode nascer. Desde 2007, o Congresso discute o Projeto de Lei da Câmara 263, que es-

tabelece diretrizes, critérios e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza. A ele foram pensados outros três projetos, e atualmente tudo está em análise na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.

— Nossa cultura legalista faz a gente precisar de leis, mas é importante conscientizar o cidadão de que mesmo ruídos que ele despreza, como o de um ventilador durante a noite toda, podem causar problemas quando são constantes — alertou a fonoaudióloga Maria Cristina Biz.

Da legislação federal em

vigor, além da Constituição, aplicam-se à poluição sonora a Lei 9.605/95 (Crimes Ambientais), o Decreto-Lei 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais), a Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei 10.406/02 (Código Civil).

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelecem critérios e limites para ruídos de carros, motos e eletrodomésticos, por exemplo. As principais são as 1 e 2, de 1990. Mas é raro ver a aplicação de algumas ações. O Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora (Silêncio), por exemplo, prevê a introdução

do tema, por municípios e estados, no ensino médio, entre outras coisas. O selo Ruído, também de acordo com as resoluções, teria que ser fixado em todos os eletrodomésticos que geram ruído, para o consumidor escolher o menos barulhento.

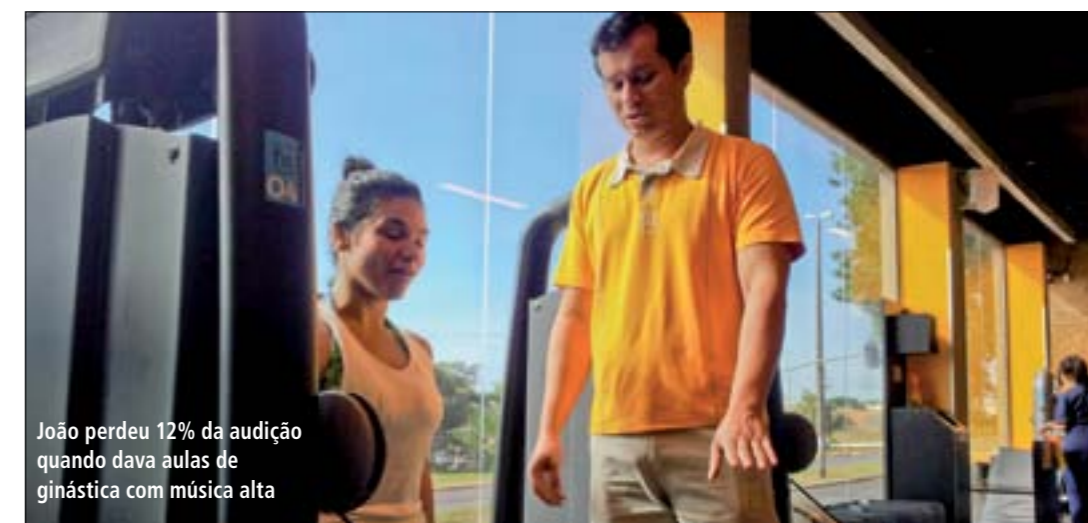
Devido à diversidade de leis, as polícias militar ou civil sempre devem ser procuradas para informações sobre o que fazer ou para registrar queixa e impedir que o problema continue. O contraventor ou criminoso (dependendo de o fato atingir a tranquilidade ou a saúde) pode ser multado, condenado a indenizar a vítima ou até preso.

## Trabalhadores correm risco pela exposição constante

Depois de sete anos dando cerca de seis horas diárias de aulas de ginástica com música alta, para estimular o exercício dos alunos, o preparador físico João Adala começou a ouvir um zumbido constante e sentir irritabilidade. Exames revelaram que ele perdeu 12% da audição devido à forma como exercia a profissão.

— Hoje só trabalho com musculação, sem música alta, e faço exames de seis em seis meses. Os 12% não aumentam mais, mas continuam. É irreversível — disse João.

A poluição sonora pode atacar profissionais das mais diversas categorias: operários, motoristas, bancários, funcionários de aeroporto, qualquer uma. Para evitar isso, o Ministério do Trabalho determina, em sua Norma Regulamentadora 15/78, que o nível médio máximo para uma jornada de oito horas seja de 85 decibéis.



João perdeu 12% da audição quando dava aulas de ginástica com música alta

— A cada 5 decibéis de acréscimo, o tempo máximo permitido se reduz à metade. Ou seja, para uma exposição de 90 decibéis, o máximo será de quatro horas e assim por diante. A perda auditiva acontece nos casos de exposição continuada, muito comum no ambiente de trabalho — disse Ana Claudia Fiorini.

Em alguns casos, devem ser fornecidos protetores

auriculares aos trabalhadores. A fonoaudióloga adverte, porém, que o problema pode não ter relação com o trabalho, mas sim com atividades como o uso constante de fones em alto volume ou frequência de locais com música amplificada.

Para trabalhadores da indústria, é comum a perda auditiva induzida pelo ruído.

— Quando há um som constante no ambiente de trabalho,

a pessoa acaba de adaptando e deixa de se incomodar, mas o organismo segue sofrendo. Isso abre as portas para as doenças — alertou a especialista Maria Cristina Biz.

Ela explica também que, muitas vezes, a dificuldade de se comunicar num ambiente de poluição sonora gera ainda problema de voz, porque o profissional acaba aumentando o volume ao falar.

## Níveis de ruído aceitáveis

DE ACORDO COM O LOCAL	MÁXIMO DIURNO	MÁXIMO NOTURNO
■ Zona de hospitais	45 decibéis	40 decibéis
■ Zona residencial urbana	55 decibéis	50 decibéis
■ Centro da cidade (negócios, comércio, administração)	54 decibéis	60 decibéis
■ Área predominantemente industrial	70 decibéis	65 decibéis

DE ACORDO COM O AMBIENTE	NÍVEL SONORO PARA CONFORTO	NÍVEL SONORO ACEITÁVEL
■ Hospitais (apartamentos, enfermarias, centros cirúrgicos etc.)	35 decibéis	45 decibéis
■ Escolas (salas de aula)	40 decibéis	50 decibéis
■ Restaurantes	40 decibéis	50 decibéis
■ Hotéis (portaria, recepção, circulação)	45 decibéis	55 decibéis
■ Igrejas e templos	40 decibéis	50 decibéis
■ Locais para esporte (pavilhões, ginásios)	45 decibéis	60 decibéis
■ Residências (dormitórios)	35 decibéis	45 decibéis
■ Escritórios (salas de gerência, projetos e administração)	35 decibéis	45 decibéis

O período noturno é considerado das 22h às 7h. Se o dia seguinte for domingo ou feriado, o período noturno só acaba às 9h

Fonte: normas 10.151 e 10.152 da Associação Brasileira de Normas Técnicas

## Danos ao organismo

NÍVEL DE RUÍDO	EFEITO NEGATIVO	EXEMPLO
Até 50 decibéis	Confortável (limite da Organização Mundial da Saúde)	Rua sem tráfego
De 55 a 65 decibéis	A pessoa fica em estado de alerta, não relaxa.	Agência bancária
De 65 a 70 decibéis	Início das epidemias de ruído. O organismo reage para tentar se adequar ao ambiente, minando as defesas. Aumenta o nível de cortisona no sangue, diminuindo a resistência imunológica. Induz a liberação de endorfina, tornando o organismo dependente. É por isso que muitas pessoas só conseguem dormir em locais silenciosos com o rádio ou TV ligados. Aumenta a concentração de colesterol no sangue.	Bar ou restaurante lotado
Acima de 70 decibéis	O organismo fica sujeito a estresse degenerativo além de abalar a saúde mental. Aumentam os riscos de enfarte, infecções, entre outras doenças sérias	Praça de alimentação em shopping centers, ruas de tráfego intenso

Obs: ruídos eventuais alcançam volumes mais altos. Um trio elétrico, por exemplo, chega facilmente a 130 decibéis, o que pode provocar perda auditiva temporária ou permanente. É necessário um decibelímetro para a prova do crime ou contravenção. Não é necessário medidor de decibéis para comprovar a poluição sonora. Basta prova testemunhal ou documental.

## Como agir

- Solicitação verbal** ao poluidor, sempre que em andamento uma perturbação leve do sossego ou do trabalho, quando for seguro o contato direto e se a vítima estiver absolutamente tranquila. Recuar ao menor sinal de resistência e adotar as outras medidas;
- Solicitação escrita** dirigida ao poluidor, sempre que se tratar de uma perturbação leve do sossego, porém continuada;
- Solicitação, por telefone (190), dos serviços da **polícia militar** e do órgão municipal, sempre que se tratar de uma perturbação insuportável do sossego ou do trabalho, ou quando não surtiram efeito as medidas anteriores. Registro de ocorrência junto à delegacia que atende ao seu bairro — pegue uma certidão da ocorrência;
- Se entender que as medidas anteriores não surtiram efeito e que o problema persiste, procure o **Ministério Público**, documentado da tomada das providências anteriores — o Ministério Público é o responsável pelo controle externo da atividade policial;
- Alternativamente, leve o caso ao **Poder Judiciário** — **juizado especial**, onde existir.

Fonte: Cartilha sobre Poluição Sonora do Ministério Público de Pernambuco

## Saiba mais

**Resolução Conama nº 1 (critérios e padrões de emissão de ruídos das atividades industriais):** <http://bit.ly/resConama01>

**Resolução Conama nº 2 (instituto do Silêncio — Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora):** <http://bit.ly/resConama02>

**Portal e-Cidadania:** [www.senado.gov.br/ecidadania](http://www.senado.gov.br/ecidadania)  
**Tramitação do Projeto de Lei 263/07:** <http://bit.ly/projeto263>

**Norma técnica 10.151 da ABNT (Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade):** <http://bit.ly/NBR10151>

**Norma técnica 10.152 da ABNT (Níveis de ruído para conforto acústico):** <http://bit.ly/NBR10152>

**Projeto Dangerous Decibels (promoção de saúde auditiva para crianças em idade escolar), em inglês:** [www.dangerousdecibels.org](http://www.dangerousdecibels.org)

**Sound Meter (aplicativo para celular Android que mede decibéis):** <http://bit.ly/soundMeter>

**Decibels (aplicativo para celular iPhone que mede decibéis):** <http://bit.ly/decibelsApp>

**Esboço Zero do documento final da Rio+20:** <http://bit.ly/rascunhoZero>  
**Cartilha sobre Poluição Sonora (Ministério Público de Pernambuco):** <http://bit.ly/CartilhaMP>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

# Código Penal: juristas concluem anteprojeto

“Comissão especial enfrentou temas polêmicos”, afirma o ministro Gilson Dipp. Relatório com o texto aprovado ontem será oficialmente entregue ao presidente do Senado, José Sarney, no dia 27

SETE MESES APÓS o início dos trabalhos, a comissão especial de juristas designada para elaborar o novo Código Penal concluiu ontem a votação do relatório que será oficialmente entregue ao presidente do Senado, José Sarney, dia 27, com participação de senadores e integrantes da comissão.

O anteprojeto, com cerca de 300 páginas, envolve propostas para modernizar a legislação vigente. O código atual, de 1940, recebeu apenas alterações pontuais nas últimas décadas. Os juristas avançaram sobre temas polêmicos, como aborto e descriminalização do uso de drogas.

— O código tocou em todos os temas, não deixando tabu de fora — comentou o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp.

Sobre o aborto, a comissão admitiu como legal, além dos casos já previstos, a hipótese de interrupção da gravidez até a 12ª semana se comprovadamente faltar condições psicológicas à mulher para levar a



Dipp (E) e Gonçalves na reunião de ontem, em que foi aprovado relatório

gravidez adiante. Quanto à droga, o usuário deixará de responder por crime se portar quantidade que corresponda ao consumo pessoal de até cinco dias.

A comissão inovou ainda ao propor a redução de penas, com punições alternativas ao encarceramento, para crimes patrimoniais considerados de menor potencial ofensivo, mas aumentou penas para crimes mais graves e criou tipos penais novos para delitos como os cibernéticos.

Segundo Dipp, talvez nenhuma outra comissão dedicada a reformas de códigos tenha produzido um

anteprojeto tão debatido na esfera pública como esse.

— Espero que os parlamentares acolham a proposta e, partindo dela, produzam um novo Código Penal que atenda às necessidades da sociedade brasileira de hoje e de amanhã — acentuou.

O relator da comissão, o procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves, destacou o novo crime de enriquecimento ilícito, que servirá para enquadrar servidores que não conseguirem comprovar a origem de valores ou bens adquiridos com prisão de 1 a 5 anos e confisco do patrimônio.

## Novas provas de embriaguez ao volante

A comissão especial de juristas do novo Código Penal também aprovou uma proposta para que passe a ser crime dirigir sob visível influência do uso de álcool ou substância de efeito similar e baste como prova o testemunho de terceiros, filmagens, fotografias ou exame clínico.

Hoje há exigência do teste do bafômetro ou exame de sangue para indicar dosagem de álcool acima de 6 decigramas por litro de sangue.

— Como ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo, a impunidade é generalizada — disse o professor Luiz Flávio Gomes, integrante

da comissão e autor da nova proposta. Ele assinalou que, na prática, os testes de sangue e bafômetro passam a ser mecanismos a serem utilizados como meio de defesa.

— Se o motorista se achar injustiçado, ele poderá pedir para fazer o exame — disse.

A pena por dirigir embriagado, de 6 meses a 3 anos de prisão, foi mantida. O motorista embriagado poderá pegar pena mais elevada se vier a causar acidentes.

### Delação premiada

Também por decisão da comissão, juízes podem ser obrigados a cumprir acordos

de delação premiada feitos por promotores. O estatuto da delação premiada, que atualmente é normatizado em sete leis, deverá ser unificado no futuro Código Penal.

O advogado Marcelo Leal, um dos juristas, explica que, por exemplo, quem participar de ação de sequestro, mas se arrepender e denunciar o crime a tempo de facilitar a libertação da vítima, poderá ficar livre de cadeia, se não tiver condenação anterior.

Outra alternativa a favor de delatores será a redução da pena de prisão ou a aplicação de penas restritivas de direitos.

## Tribunal confirma legalidade de áudios e Carlinhos Cachoeira permanece na prisão

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou ontem *habeas corpus* ao contraventor Carlinhos Cachoeira, preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal. Os juízes Cândido Ribeiro, que havia pedido vistas, e Marcos Augusto de Sousa negaram o benefício que fora concedido pelo juiz

Tourinho Neto. Assim, Cachoeira continua preso.

O tribunal também confirmou a legalidade das provas obtidas pela PF. Desse modo, os áudios com conversas de Cachoeira e integrantes de sua organização com servidores públicos, políticos e empresários são considerados válidos como prova para a Justiça.

## Taques critica desembargador que considerou gravações ilícitas

Pedro Taques (PDT-MT) criticou duramente o desembargador Tourinho Neto, do TRF da 1ª Região, por ter considerado ilegais as gravações telefônicas feitas pela Polícia Fede-



Waldemir Barreto/Agência Senado

ral que levaram o contraventor Carlinhos Cachoeira à prisão.

Ontem, dois magistrados votaram contra Tourinho Neto.

Taques disse conhecer decisões polêmicas de Tourinho Neto “de longa data”,

informando que o magistrado anulou várias investigações e ações penais movidas pelo Ministério Público Federal.

— Esse doutor Tourinho Neto, ao meu julgo, não está cumprindo o que diz a Constituição — afirmou.

O parlamentar elogiou o trabalho do juiz Paulo Augusto Moreira Lima na investigação de dois anos que precedeu a prisão de Cachoeira.

## Alvaro Dias defende convocação de Pagot e Cavendish

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender a convocação de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do



Waldemir Barreto/Agência Senado

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e de Fernando Cavendish, ex-presidente da construtora Delta, pela CPI do Cachoeira. Na semana passada, a comissão rejeitou a convocação de ambos.

Usando um gráfico, o senador mostrou a suposta ligação da Delta com a empresa Alberto & Pantoja, que seria de Cachoeira. Ele disse que os valores recebidos pela Delta do governo ajudam “a irrigar a conta” da Alberto & Pantoja.

— Há uma conexão entre o governo federal e a empresa Delta, desta com a Alberto & Pantoja, e desta com integrantes da quadrilha comandada pelo bicheiro — denunciou.

## Mário Couto: “CPI do Cachoeira não vai dar em nada”

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a “CPI do Cachoeira não vai dar em nada”. Para ele, a CPI



Waldemir Barreto/Agência Senado

é “uma farsa para encobrir o mensalão” e desviar a atenção do povo dos problemas que o país enfrenta, como a queda na geração de empregos e a economia “quebrada”.

— Toda essa história de CPI, na verdade, foi montada para desviar foco do que os governos do PT têm pavor. Foi criada para desviar o foco do mensalão, numa hora em que a economia começa a não deixar mais que o governo minta, porque agora os números são visíveis — destacou.

O senador ainda criticou o fato de a comissão não ter convocado o dono da Delta, Fernando Cavendish, nem o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Frente a decisão do ministro do Supremo Dias Toffoli, conselho remarca para a próxima segunda-feira votação de relatório sobre processo disciplinar contra o senador goiano

# STF manda Conselho de Ética adiar julgamento de Demóstenes Torres

FOI ADIADA PARA a próxima segunda-feira, às 18 horas, a votação do relatório de Humberto Costa (PT-PE) sobre o processo disciplinar aberto contra Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Demóstenes é acusado pelo PSOL de associação ao contraventor Carlinhos Cachoeira, atualmente preso na penitenciária da Papuda, em Brasília. O parlamentar corre o risco de perder o mandato.

O relatório seria votado ontem, mas o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), acatou mandado de segurança da defesa e determinou que o julgamento fosse adiado. De acordo com Toffoli, a votação deve ser realizada em, no mínimo, três dias úteis contados após a divulgação pública da “primeira parte” do parecer de Humberto Costa.

Essa parte é constituída apenas de um rol de providências adotadas pelo conselho para obter informações que embasaram a elaboração do documento final e foi lida ontem. Só na próxima segunda-feira, Humberto vai confrontar as acusações com os resultados das investigações.

O ministro determinou

ainda que o julgamento deve ocorrer após as devidas comunicações e intimações, de modo a se garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa.

No despacho, Toffoli esclareceu que “esta decisão compreende também o tempo hábil para que os demais membros do conselho tenham acesso às razões apresentadas em alegações finais (cujo prazo se encerrou na sexta-feira), bem como ao contido na primeira parte do relatório final”.

A posição de Toffoli foi considerada equivocada pelo presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que argumentou ter seguido as regras da Resolução 20/93 do Senado:

— Na prática, o ministro Dias Toffoli reescreveu a resolução — disse o parlamentar, lembrando que a regra estabelecida por Toffoli não tem paralelo nem mesmo nos julgamentos realizados pelo próprio Supremo.

Apesar do adiamento da votação, Valadares está confiante de que a matéria será examinada pelo Plenário antes do recesso parlamentar de julho.

Pedro Taques (PDT-MT) também discordou do posicionamento do magistrado.

— Será que poderíamos apresentar projeto de lei para reger o julgamento do mensalão? Claro que não. Não cabe a ministro do STF criar leis. O Judiciário entrou em questões internas do Legislativo. Além disso, o direito de defesa foi garantido, tanto que o advogado apresentou alegações finais no dia 15 [sexta-feira]. O ministro é Mãe Dináh ou Walter Mercado para adivinhar se os conselheiros tiveram ou não tempo para formar suas convicções?

Para Taques “decisão judicial se cumpre, mas, na democracia, debate-se sim”.

## Defesa

Antônio Carlos de Almeida Castro, representante de Demóstenes, negou que o pedido de adiamento fosse protelatório.

— Se nós fomos ao Judiciário por uma questão de cunho constitucional e conseguimos uma medida favorável, considero até atentatória à independência dos Poderes dizer que se trata de decisão protelatória — disse.

Almeida Castro alega que o conselho estava cerceando o direito de ampla defesa, “de forma prematura e aos atropelos”, ao marcar para o mesmo dia a apresentação e a votação do relatório final.

A defesa argumentou ainda que o “premature agendamento” denotou que Humberto Costa “não pretende levar em consideração qualquer tese defensiva a ser aposta em alegações finais, num evidente pré-julgamento”.

## Tramitação

O quórum mínimo para a votação do relatório no Conselho de Ética é de nove senadores, segundo o Regimento Interno do Senado. O voto é aberto e os parlamentares não precisam fundamentar suas opiniões por se tratar de um processo político.

Caso o relator recomende a cassação de Demóstenes Torres, o parecer do conselho será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias. A partir daí, o documento precisa ser votado pelo Plenário, em processo secreto.

A sugestão de votar o documento final dentro de uma semana partiu de José Pimentel (PT-CE). Segundo o senador, deste modo, a matéria pode chegar no dia 27 [quarta-feira] à CCJ já devidamente publicada e sem possibilidade de contestação.

## Calendário

### 29 de fevereiro

Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, é preso na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal.

### 6 de março

Demóstenes Torres vai à tribuna do Plenário se explicar de acusações publicadas pela imprensa de que por mais de 300 vezes manteve contato telefônico direto com Cachoeira. O senador nega irregularidade, pede investigações sobre si mesmo e recebe o apoio de dezenas de colegas.

### 11 de março

Revista *Época* denuncia que Cachoeira habilitou 15 aparelhos Nextel nos EUA para fugir de grampos da PF. Demóstenes recebeu um dos rádios.

### 27 de março

Pressionado, Demóstenes Torres deixa a liderança do DEM.

### 28 de março

PSOL leva representação contra Demóstenes ao Conselho de Ética do Senado, e começa negociações sobre quem assumirá a presidência do conselho, que estava vaga na ocasião.

### 3 de abril

Demóstenes se desfilia do DEM para evitar expulsão, e partido fica com quatro senadores.

### 10 de abril

No mesmo dia em que é escolhido presidente interino do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) acata a representação do PSOL contra Demóstenes.

### 12 de abril

Conselho de Ética decide, por sorteio, o relator. Tarefa fica a cargo de Humberto Costa (PT-PE), depois que cinco senadores declinaram da missão: Lobão Filho (PMDB-MA), Gim Argello (PTB-DF), Ciro Nogueira (PP-PI), Romero Jucá (PMDB-RR) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Na mesma reunião, Antonio Carlos Valadares é confirmado na presidência do conselho por votação secreta.

### 25 de abril:

Conselho recebe a defesa prévia do senador. O documento, de 61 páginas, é entregue pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Além de sustentar a ilegalidade das escutas, o advogado argumenta que a representação do PSOL é inepta por se basear em reportagens jornalísticas e pede ao Conselho de Ética que aguarde as conclusões da CPI mista do Cachoeira.

### 3 de maio

O relator, Humberto Costa, pede ao Conselho de Ética, em relatório preliminar, a abertura de processo disciplinar contra Demóstenes. Cinco dias depois, o conselho aprova por unanimidade a abertura do processo.

### 22 de maio

Testemunha indicada na defesa prévia, Ruy Cruvinel Neto não comparece para depor a favor de Demóstenes. Ele alega motivos pessoais e diz que não quer expor sua família. Na semana seguinte, Carlinhos Cachoeira também não comparece.

### 29 de maio

Demóstenes se defende por cinco horas no Conselho de Ética. Nega envolvimento com os negócios de Cachoeira e da construtora Delta e pede para ser julgado pelo que fez e não pelo que falou. Sobre Cachoeira, diz não saber que operava clandestinamente.

### 15 de junho

Advogados protocolam no Conselho de Ética as alegações finais da defesa e pedem no Supremo Tribunal Federal o adiamento da votação marcada para ontem.

### 18 de junho

Ministro Dias Toffoli acolhe liminarmente pedido da defesa de adiar votação do relatório, e deliberação é remarcada de ontem para a próxima segunda-feira.



O presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares, e o relator, Humberto Costa, contestam decisão do STF



Toffoli diz que adiamento assegura o contraditório e a ampla defesa

## Para relator, STF interferiu no funcionamento do Congresso

“A decisão tomada pelo tribunal é uma interferência no funcionamento do Congresso”, disse o relator do processo contra Demóstenes Torres no Conselho de Ética, Humberto Costa, reagindo à liminar do STF.

Depois de reunir-se com o presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares, e com a secretária-geral do Senado, Claudia Lyra, Humberto afirmou que tudo será feito para

que a decisão seja definitivamente tomada antes do início do recesso parlamentar, em 19 de julho.

— A nossa dificuldade de votar esta semana é que boa parte dos parlamentares está na Rio+20. Para garantir quórum, nós votaremos na terça-feira — disse.

Humberto ainda observou que a protelação conseguida pela defesa do acusado não interfere em nada no relatório

por ele elaborado.

— Nosso julgamento é político e tem o objetivo de identificar se Demóstenes Torres faltou ou não com o decoro. Estamos usando no relatório os diálogos interceptados pela polícia que o próprio senador reconheceu como autênticos — destacou.

Sobre a decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região de considerar legais as escutas telefônicas feitas

pela Polícia Federal nas investigações contra Carlinhos Cachoeira, Humberto afirmou que ela também não tem influência sobre o trabalho do Conselho de Ética do Senado.

A decisão do TRF-1 foi proferida ontem no julgamento de *habeas corpus* impetrado pela defesa de Cachoeira.

O desembargador Cândido Ribeiro e o juiz convocado Marcos Augusto de Sousa consideraram as escutas legais.

Na semana passada, o relator, desembargador Tourinho Neto, havia considerado ilícitas as interceptações telefônicas, o que poderia acarretar na nulidade de todas as provas delas derivadas. Para Humberto, os fatos são públicos e não dependem de validação legal para utilização pelo colegiado.

— A nós, interessa mais o mérito e não a formalidade. A formalidade interessa mais ao processo judicial — afirmou.

## Paim destaca vitória socialista nas eleições do parlamento francês

O presidente francês, François Hollande, tornou-se o mais poderoso dirigente socialista da França de todos os tempos, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou que, no domingo, Hollande obteve maioria parlamentar no segundo turno das eleições legislativas, “o que lhe dará condições para implantar seu programa de governo frente à crise do euro”.

Paim observou que o Partido Socialista da França e seus aliados de esquerda conseguiram eleger 314 deputados, valor largamente superior aos 289 necessários para a formação do governo, compondo o primeiro governo de maioria absoluta de socialistas desde 1981.

## Wellington Dias cobra fortalecimento do Pronat para os estados



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Programa Nacional do Desenvolvimento Territorial (Pronat) permite planejar

o desenvolvimento todo o espaço de um estado, disse Wellington Dias (PT-PI).

O senador pediu o fortalecimento do Pronat — que era gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e, agora, é pelo do Ministério do Desenvolvimento Social — e destacou que o Piauí, com 11 regiões de desenvolvimento, foi o primeiro estado a ter todo o seu território estudado.

— Foi assim que descobrimos o potencial de gás do estado — disse.

## Oferta de Dilma para estados é presente de grego, afirma Cassol



Moreira Matiz/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a oferta de R\$ 20 bilhões feita pela presidente Dilma

Rousseff aos governadores. A verba faz parte de um pacote de estímulo à economia anunciado pelo Executivo.

— Isso é presente de grego. Rondônia paga uma dívida incalculável da incompetência da gestão do passado para compensar a crise.

O senador também sugeriu ao governo que transformasse parte da dívida dos estados com a União em investimentos dentro dos estados, com o objetivo de gerar emprego e renda.



Walter Fabro, Paulo Sérgio de Almeida, Paulo Paim, Tatiana Lacerda e Valter Souza participam de audiência na CDH

# Protecionismo argentino ameaça empregos gaúchos

Audiência apontou para o risco de as barreiras levarem empresas instaladas no Sul a se transferir para o país vizinho; apesar das restrições, Argentina ainda é 3º destino das exportações brasileiras

AS MEDIDAS PROTECIONISTAS da Argentina foram tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ontem, o foco da discussão foi o impacto sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, estado que faz fronteira com a Argentina.

Segundo o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), o protecionismo argentino, ao prejudicar as empresas gaúchas, provoca demissões em setores como o calçadista.

— Quando não há demissões, pode haver redução de salários ou de jornada — alertou Paim.

Outro problema apontado durante a audiência: por causa das barreiras, empresas instaladas no Rio Grande do Sul estariam planejando transferir-se para a Argentina. De acordo com Paim, isso pode gerar cerca de 2 mil empregos no país vizinho — “ou seja, empregos e recursos que deixarão de ser gerados aqui”.

Ao defender o entendimento entre os dois países, o senador declarou que o Parlamento do Mercosul (Parlasul) precisa se reunir para debater questões como essa, mas que isso não vinha ocorrendo justamente pela falta de participação dos representantes da Argentina.

As críticas de Paim foram reproduzidas pelos sindicalistas presentes na reunião, como José Augusto da Silva Filho, coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores, e Valter Souza, presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul.

Valdemir Moreira Corrêa, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, argumentou que — ao menos no setor alimentício — nem todos os problemas enfrentados pelos trabalhadores gaúchos se devem ao protecionismo argentino, e sim

à concentração do mercado em poucas empresas.

— Há empresários que se aproveitam da crise [com a Argentina] para flexibilizar os direitos dos trabalhadores.

Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Tatiana Lacerda Prazeres informou que as exportações brasileiras para a Argentina caíram 11% entre janeiro e maio. No entanto, ela frisou que “não são apenas as barreiras que provocam tal situação; a economia argentina passa por um momento difícil”. Tatiana está à frente da Secretaria de Comércio Exterior.

— Apesar desses problemas, o comércio entre os dois países ainda é expressivo. A Argentina é importante para o comércio exterior brasileiro.

A Argentina é o terceiro principal destino das exportações brasileiras, com 8,9% de participação, após a China (16,6%) e os Estados Unidos (9,7%).

## Acre completa 50 anos e é homenageado no Senado

O pioneirismo do Acre no debate da preservação da natureza e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável foi ressaltado por senadores que participaram ontem da sessão especial do Senado que marcou os 50 anos da criação do estado.

Autor do requerimento para a realização da sessão, Jorge Viana (PT-AC) disse que “com o governo da floresta, em 1999, surgiu o projeto de desenvolvimento sustentável do Acre, que fez do estado

uma referência”.

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o Acre se tornou Brasil por opção, mesmo contra a vontade do governo central. Ele lembrou que “a revolução acriana foi feita por um exército de seringueiros comandado por um gaúcho [Plácido de Castro], sem o reconhecimento da força nacional”. O senador afirmou que o legado de Chico Mendes tem sido fonte de inspiração para os governos da Frente Popular, iniciados

por Jorge Viana em 1989.

Para Wellington Dias (PT-PI), o estado descobriu “mais cedo uma forma decente de tratar a natureza”.

— Sei que por trás destes 50 anos há muita luta, mas eu não posso deixar de ressaltar esta: a luta para que a gente tenha um desenvolvimento que hoje, na Rio+20, nós estamos debatendo.

O governador Tião Viana (PT) agradeceu à TV Senado pelo documentário *Aquiri* — estado Acre.



Anibal Diniz (2º à esq.), governador Tião Viana, Jorge Viana e Sérgio Petecão (3º à dir.) prestam homenagem ao Acre

## Randolfe Rodrigues se solidariza com professores em greve

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou solidariedade aos professores



Waldemir Barreto/Agência Senado

e funcionários das universidades públicas federais, em greve desde 17 de maio. O senador lamentou os baixos salários dos docentes, ao ressaltar a importância estratégica da educação.

— Hoje um professor universitário de qualquer país europeu recebe, no começo da carreira, dez vezes mais que qualquer professor universitário no Brasil — disse.

Para ele, a falta de valorização dos profissionais de ensino causa desmotivação e carência de professores.

## Jucá anuncia o Brasil Carinhoso, benefício extra do Bolsa Família

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou o início do pagamento do



Waldemir Barreto/Agência Senado

Brasil Carinhoso, que beneficiará 2 milhões de famílias.

Os recursos, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social, serão repassados a todas as famílias do Programa Bolsa Família que tenham filhos de 0 a 6 anos e ainda estejam em situação de extrema pobreza.

Romero Jucá também anunciou sua participação, amanhã, na Rio+20. O senador adiantou que deverá abordar, na reunião, o problema do lixo urbano.

## Para Mozarildo, é preciso criar cursos de Medicina no interior

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a importância da criação de novos cursos de Medicina.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele discordou de um artigo da revista *IstoÉ* que diz que a quantidade de médicos não é o problema, mas sim a concentração. O senador citou pesquisa publicada na revista que aponta Roraima com maior percentual de médicos do que outros estados do Norte, afirmando que é fruto da maior formação de médicos.

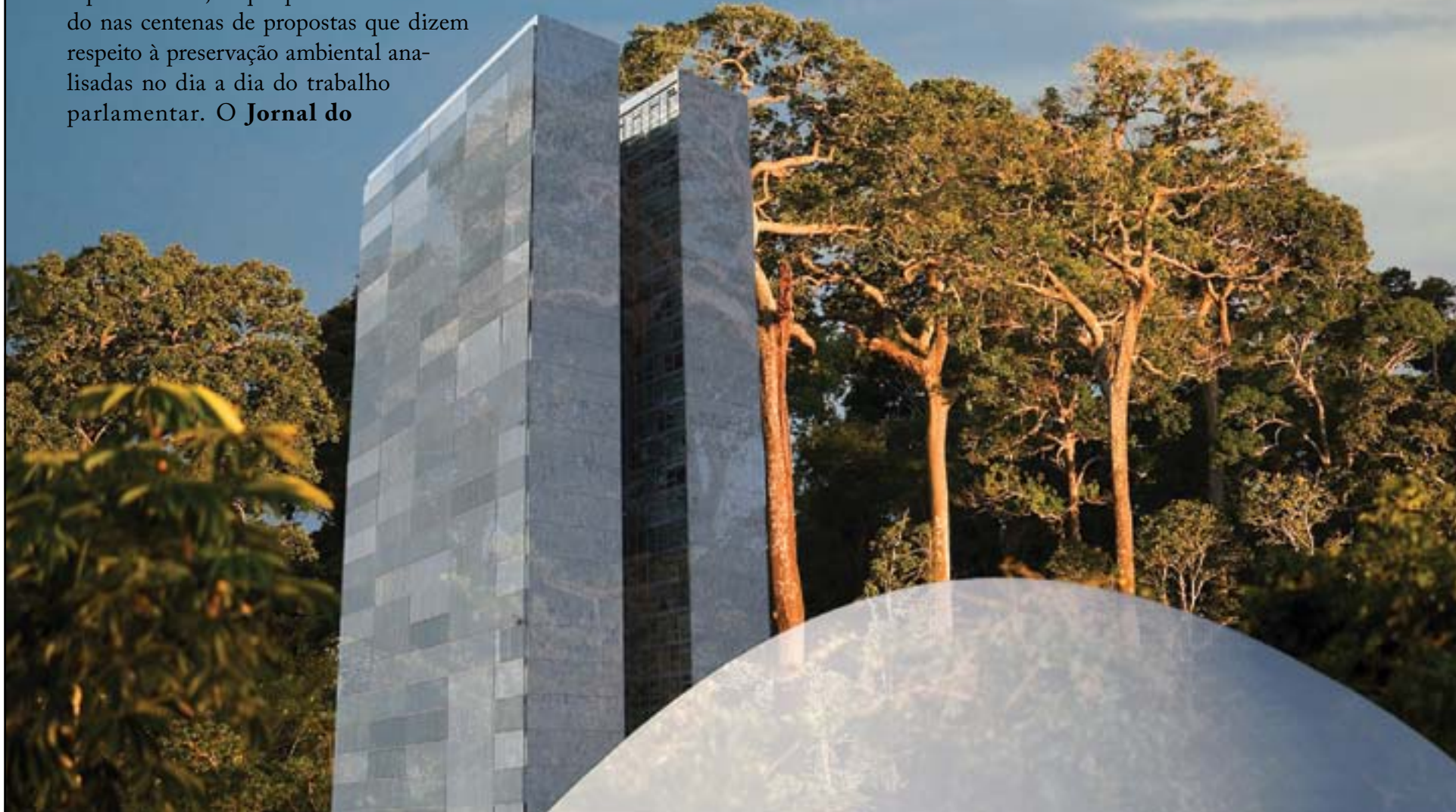
— Se não houvesse curso de Medicina em Roraima, não teríamos a proporção que temos.

# Meio ambiente é pauta permanente no Senado

**NOS ÚLTIMOS** dois anos, o Senado acompanhou de perto os preparativos para a Rio+20 e se organizou para participar ativamente da conferência da ONU que se realiza neste mês na capital fluminense. Porém, a atenção da Casa a temas relacionados ao meio ambiente é permanente, o que pode ser demonstrado nas centenas de propostas que dizem respeito à preservação ambiental analisadas no dia a dia do trabalho parlamentar. O **Jornal do**

**Senado**, com apoio da Secretaria-Geral da Mesa e da Consultoria Legislativa, selecionou 66 projetos de lei e propostas de emenda à Constituição (PECs) que versam sobre temas como biocombustíveis, criação de unidades de conservação da natureza, preservação de

florestas em propriedades rurais, reciclagem, energia, entre outros. Nas próximas páginas podem ser encontrados detalhes dessas propostas, cuja tramitação pode ser acompanhada na página do Senado na internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).



## Para manter o Brasil na vanguarda mundial

**A CARTA** brasileira de 1988 colocou o nosso país na vanguarda mundial, ao constitucionalizar a defesa da natureza. Garantiu o direito ao ambiente equilibrado, à sadia qualidade de vida, além de impor ao poder público e à coletividade sua defesa e preservação. Obrigou a manutenção dos processos ecológicos das espécies e ecossistemas, bem como o prévio estudo de impacto ambiental decorrente de obra ou instalação potencialmente poluidora de significativa degradação do meio ambiente. A nova Carta declarou como patrimônios nacionais a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Dentro do mandamento constitucional, em outubro de 1988, meu governo reforçou a prioridade conferida ao tema e instituiu o Programa Nossa Natureza, com foco principal na Amazônia, e com o objetivo de estabelecer condições para a utilização dos recursos naturais e prevenção do seu uso. Assim,

como resultado dos levantamentos realizados por uma equipe de pesquisadores e cientistas — diga-se de passagem, o primeiro grande diagnóstico feito no Brasil nessa área — foram suspensos os incentivos fiscais a projetos agropecuários na área de floresta tropical. No campo normativo, o Programa Nossa Natureza, concluídos os estudos iniciais, em abril de 1989, propôs seis importantes projetos de lei, que foram aprovados pelo Congresso. Além disso, sugeri dezesseis decretos e mais vinte portarias. Menciono, entre as leis, a que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a regulamentação do uso de agrotóxicos.

Decorreram das avaliações do Programa Nossa Natureza a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a extinção do IBDF, da Sudevea, da Sudepe e da Sema — entidades públicas cujas atuações se traduziam mais em prejuízos do que em benefícios para o uso sustentável dos recursos

naturais. Em seu primeiro ano de funcionamento, o Ibama, por meio de medidas eficientes e ações bem planejadas, reduziu em 30% as queimadas e desmatamentos na Amazônia. Tenho certeza que, a partir do Programa Nossa Natureza e da fundação do Ibama, os brasileiros fortaleceram a consciência ecológica, da defesa da natureza.

Registro, a propósito, que tomei a iniciativa de trazer para o Rio de Janeiro a Conferência sobre Meio Ambiente da ONU de 1992, com a minha determinação de recomendar ao ministro das Relações Exteriores percorrer o mundo, buscando o apoio dos chefes de Estado para a pretensão brasileira. Queria provar o nosso pioneirismo na proteção ambiental, no desenvolvimento sustentável.

Dessas demandas resultaram a conferência de 1992 e, agora, a Rio+20, que continua mantendo o nosso país na vanguarda das questões ambientais.

**JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado



# Diesel com padrões aceitáveis

Ideia de ter combustível menos poluente até 2015, nos níveis adotados pelos países desenvolvidos



▶ Caminhões na Grande São Paulo: alto índice de enxofre no diesel

**COMBUSTÍVEL MAIS** utilizado no Brasil, com quase 40% do mercado, o óleo diesel é também um dos que mais poluem a atmosfera. Com altos teores de enxofre, compromete a qualidade do ar nas cidades e fora delas, contribui para a formação de chuva ácida, prejudica a agricultura e agrava doenças respiratórias.

Senador e presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Clésio Andrade (PMDB-MG) apresentou uma proposta (PLS 560/11) para reduzir gradualmente a quantidade de enxofre no óleo diesel do país até níveis considerados satisfatórios pelos países mais desenvolvidos do mundo (veja infográfico abaixo). A ideia é ir além da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que em 2008 aprovou calendário prevendo diminuições dos teores de enxofre no produto nacional até 2014.

O projeto de Clésio Andrade, que recebeu voto favorável do relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), na Comissão de Meio Ambiente (CMA),

estabelece que o óleo diesel brasileiro terá apenas 10 miligramas de enxofre por quilo (o tipo S10) em 2015. Depois da CMA, o projeto será examinado também pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo a esta última decisão terminativa.

“Este composto cai sobre a terra em forma de partículas secas ou é depositado com a chuva, neblina ou neve, prejudicando o desenvolvimento da agricultura e da vegetação, além de contribuir para um desgaste prematuro das edificações e para a contaminação do solo e de mananciais de água”, argumentou o senador Clésio Andrade.

No mercado desde janeiro, o diesel S50, com baixo teor de enxofre, registrou vendas baixas até maio, segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes. A entidade informou que a principal causa é o custo mais alto do novo

produto, R\$ 0,12 mais caro do que o comum.

Segundo o Balanço Energético Nacional (BEN), o consumo do diesel no Brasil pode ser dividido em três grandes setores: o de transportes, representando mais de 79% do total consumido; o agropecuário, representado cerca de 14% do consumo; e o de transformação, que utiliza o produto na geração de energia elétrica e corresponde a cerca de 4% do consumo total de diesel.

## Não poluentes e renováveis

O Senado também discute projeto (PLS 164/10) de Pedro Simon (PMDB-RS) para incentivar o uso de fontes de energia limpa e a gradual substituição de combustíveis fósseis por renováveis e não poluentes. A proposta já passou na CI e tem voto favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Randolf Rodrigues (PSOL-AP).



▶ Clésio Andrade

## Matriz nada limpa

Dominado pelos combustíveis fósseis, consumo nacional cresceu 3% em 2011

COMBUSTÍVEL	LITROS (BILHÕES)	%
Diesel	51,782	39,60
Gasolina C	35,452	27,10
Etanol	19,101	14,60
Gás liquefeito	12,867	9,83
Gás natural	5,390	4,12
Óleo combustível	3,671	2,80
Biodiesel	2,554	1,95
<b>TOTAL</b>	<b>130,817</b>	<b>100</b>

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP)

## Como é lá fora

Brasil ainda está muito distante de atingir os patamares exigidos pelos países desenvolvidos (em ppm – partes por milhão)

	Japão	10
	Comunidade Europeia	50
	EUA	15
	Brasil	cidades: 500 campo: 1.800

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (CNT)

## Calendário de substituição

<b>1º DE JANEIRO DE 2012</b>
Diesel S50 para os veículos pesados novos
Substituição de 45% do diesel interior S1800 pelo diesel interior S500
<b>1º DE JANEIRO DE 2013</b>
Diesel S10 para os veículos pesados novos
Substituição de 59% do diesel S1800 pelo diesel S500 no interior
<b>1º DE JANEIRO DE 2014</b>
Diesel off road S1800 (ferroviário, agropecuário, industrial e geração de energia)
Substituição de 100% do diesel S1800 pelo S500 no interior

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (CNT)

# Biocombustíveis com padrão socioambiental

**SE DEPENDER** do Senado, o Brasil deverá manter sua posição de vanguarda na produção mundial de biocombustíveis. Três projetos que tramitam na Casa defendem a criação de uma política nacional específica para o setor e propõem a adoção de rígidos critérios socioambientais na sua produção, de forma a assegurar a entrada do combustível verde em mercados como o europeu e o norte-americano.

A produção nacional de biocombustíveis, como define o PLS 219/10, seguirá as diretrizes de proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional de recursos naturais, respeito à função social da propriedade,

respeito ao trabalhador e respeito à livre concorrência. A política nacional para o setor criada pela proposta deverá assegurar a crescente participação dos biocombustíveis na matriz energética, por seu caráter renovável e pelos benefícios econômicos, sociais e ambientais de seu uso.



▶ Valdir Raupp

Ainda segundo o projeto — apreendido pela CI e assinado pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Delcídio do Amaral (PT-MS) e pelo então senador Gilberto Goellner —, a Política Nacional de Biocombustíveis deverá manter sintonia com a Política Nacional de Mudanças Climáticas, contribuindo para a redução da emissão de gases causadores

do efeito estufa.

## Tramitação

Em março, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou parecer favorável ao projeto, que agora será analisado por outras três comissões do Senado: a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a de Assuntos Econômicos e a de Constituição e Justiça. Na CRA, o relator escolhido foi Sérgio Souza (PMDB-PR), que acatou emenda de Kátia Abreu (PSD-TO).

A proposta foi votada no Parlasul porque se refere à Nomenclatura Comum do Mercosul ao definir os tipos de veículos cujo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será fixado pelo projeto, seguindo critérios como potência do motor, adoção de

tecnologia que permita o uso de biocombustíveis, consumo, emissão de gases poluentes e capacidade de carga.

Valdir Raupp (PMDB-RO) é autor de projeto (PLS 388/09) idêntico à proposta da CI. Raupp define que a produção de biocombustíveis será regida por critérios socioambientais, como a não utilização de trabalho infantil ou escravo, evitando o desmatamento de florestas ou vegetação nativa e sem resultar em dispensa significativa de trabalhadores.

“Temos sido acusados de expandir a produção de etanol e de biodiesel à custa da destruição da Floresta Amazônica, bem como do emprego de trabalho escravo e de trabalho infantil, o que, na maioria das vezes, não é verdade”, afirmou Raupp.

## INCENTIVO ÀS MICRODESTILARIAS

PROPOSTA DE ACIR Gurgacz (PDT-RO) incentiva a instalação de microdestilarias de álcool e biocombustíveis, com capacidade de produção de até 5 mil litros por dia. Ao criar um programa nacional para as microdestilarias, o PLS 252/11, entre outras medidas, dá incentivos a agricultores familiares e suas cooperativas, prevendo o uso da palha e do bagaço em projetos de geração de energia elétrica. O financiamento a microdestilarias seria pago em até oito anos. A proposta, que tramita na CRA, será debatida em audiência pública a pedido da relatora, Ana Amélia (PP-RS)



▶ Acir Gurgacz

Senadores enfrentam desafio de dar destino adequado ao lixo e a produtos descartados

# Soluções para os refugos da sociedade industrial



▶ Empresas que investirem no potencial energético dos aterros sanitários terão preferência nas licitações para coleta de lixo nas cidades com mais de 200 mil habitantes

**COMO REAPROVEITAR** melhor os rejeitos industriais produzidos pelo homem e contribuir decisivamente para a proteção do meio ambiente é a meta de seis projetos apresentados por senadores em tramitação na Casa. Pilhas e baterias, embalagens plásticas, pneus e eletroeletrônicos são os alvos das propostas, que ainda oferecem incentivos às empresas de reciclagem e àquelas que

se interessarem em explorar o potencial energético dos aterros sanitários.

Por iniciativa de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), empresas que investirem na fabricação de embalagens plásticas biodegradáveis receberão incentivos e créditos fiscais.



▶ Maria do Carmo

O PLS 259/07 institui o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis, de fácil decomposição e não poluentes.

Como lembrou a autora da proposta, o plástico convencional demora séculos para se decompor e seu uso em

larga escala e descartado inadequadamente prejudicam a natureza. As grandes cidades brasileiras são testemunhas desses estragos: a cada enchente, é possível ver sacos plásticos e embalagens de refrigerantes boiando.

Pedro Simon (PMDB-RS)



▶ Roberto Requião

buscou solução para outro crítico problema ambiental do país: o destino de milhões de pneus inaproveitáveis. O PLS 581/09 fixa duas regras para o descarte adequado dos pneus usados inservíveis: 0,5 kg de pneu usado para cada 1 kg de pneu importado; e 1 kg de pneu usado para cada 1 kg de pneu novo fabricado.

Pronto para ser votado na CMA, após passar pela CAS, o projeto é mais uma iniciativa no Congresso Nacional para solucionar a questão, que se arrasta desde 1995, como registrou o relator na CAS, Roberto Requião (PMDB-PR). Foi na CAS, aliás, que foi incluída no texto a contrapartida ambiental

pela colocação de pneus novos no mercado brasileiro.

## Energia dos aterros

O PLS 494/09, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), dá preferência nas licitações públicas

para as empresas de coleta de lixo que se interessarem em explorar o potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários em municípios com mais de 200 mil habitantes. Segundo o autor, a energia pode ser produzida a partir do aproveitamento dos gases gerados pela decomposição do lixo.

Pronto para ser votado em Plenário, o projeto tramitou pela CMA e pela CI e pretende ser uma maneira de melhorar

as condições ambientais e garantir a utilização desse recurso econômico em favor do desenvolvimento sustentável.

“Um dos maiores problemas para o ambiente nas médias e grandes cidades brasilei-

ras é a presença de aterros sanitários insalubres, em que o lixo é depositado ao menor custo, causando a destruição dos ecossistemas e,

muitas vezes, a contaminação do lençol freático”, argumenta Crivella

Outra proposta de Crivella (PLS 169/08) isenta de IPI veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos comprados por empresas recicladoras, cooperativas e associações.

## O BRASIL RECICLA APENAS 16,5% DO PLÁSTICO USADO

Fonte: Movimento Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)

# Pilhas e baterias são risco ao meio ambiente

**PRONTO PARA** ser votado pelo Plenário, após aprovado em três comissões temáticas, o PLS 714/07, do então senador Gerson Camata, torna responsável legal de fabricantes e importadores o recolhimento e o destino final, ambientalmente adequado, de pilhas e baterias usadas.

O problema é maior do que a maioria imagina. Segundo dados da indústria, pelo menos 2 bilhões de produtos do gênero são comercializados anualmente no Brasil.

“Ainda que atualmente o avanço tecnológico tenha levado à fabricação de pilhas com baixos níveis de metais nocivos — mercúrio, cádmio e chumbo —, descartá-las no lixo comum pode levá-las a liberar esses componentes tóxicos em lixões ou aterros sanitários e contaminar o solo, os cursos de água e os lençóis freáticos”, explica Camata, em

seu projeto. O mais recomendável é encaminhar pilhas e baterias para a reciclagem ou para um aterro industrial, já que nos aterros sanitários, com a exposição ao sol e à chuva, as pilhas se oxidam e se rompem, levando seus componentes a uma contaminação que pode atingir a flora, a fauna e o homem.

No caso de eletroeletrônicos, também pode passar a ser responsabilidade legal dos revendedores receber em depósito os produtos descartados pelos consumidores e efetuar a devolução desses aos fabricantes e importadores. O PLS 488/11, de Blairo Maggi (PR-MT), à espera de votação na CMA, após passar pela CCT, lembra que, em geral, tais produtos são hoje encaminhados para os lixões ou outros depósitos a céu aberto.

“Muitos dos componentes desses equipamentos são

altamente tóxicos e podem contaminar o solo, os recursos hídricos e o ar. O ciclo de vida desses aparelhos é cada vez mais curto, por isso o acúmulo de produtos inservíveis ou obsoletos é inevitável e tende a crescer”, recorda.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), agência para o ambiente do sistema das Nações Unidas, o Brasil é o maior produtor de resíduos eletroeletrônicos entre os países emergentes.

Texto aprovado sem acordo pela Câmara resultou em vetos e medida provisória que pretendem restabelecer acordo feito no Senado em dezembro

# Disputa sobre Código Florestal longe do fim

DESDE 1996, quando o governo federal editou uma medida provisória que alterou o Código Florestal de 1967, deputados e senadores debatem intensamente a redação de uma nova lei sobre a preservação das florestas em áreas privadas. Finalmente, em abril passado, aquele texto provisório estava com os dias contados, quando o Congresso enviou à Presidência uma proposta que pretendia pôr fim às disputas que se travaram durante mais de 15 anos entre ambientalistas e ruralistas. A transformação do projeto em lei (12.651/12), em 25 de maio, porém, não foi o último capítulo das discussões.

Isso porque a presidente Dilma Rousseff vetou 12 artigos e mais de 30 pontos do projeto aprovado pelos deputados. E, para completar o que ficou de fora, editou a Medida Provisória 571/12, que já trouxe de volta ao Legislativo os debates apaixonados em torno do tema. Para se ter uma ideia do trabalho que o Congresso terá pela frente até finalizar essa votação, foram apresentadas 696 emendas à MP.

Paralelamente, correm articulações para a derrubada dos vetos. Para isso, é necessária maioria absoluta dos senadores e dos deputados. No Senado, porém, é possível que os vetos não sejam derrubados. Afinal, um dos objetivos da MP é restabelecer pontos do texto aprovado pelos senadores em dezembro do ano passado, que foi alterado pela Câmara sem acordo com o governo. Dos 32 pontos vetados, 14 recuperam

o texto aprovado pelos senadores, cinco trazem novos dispositivos e 13 fazem ajustes de conteúdo.

“A medida provisória recompõe aquilo que foi o sentimento médio do debate realizado entre Câmara e Senado. E é um bom caminho para que possamos ter uma solução definitiva sobre esta matéria”, entende o presidente da Câmara, deputado Marco Maia.

Os embates, que pareciam estar próximos do fim quando o Senado fechou um amplo acordo sobre o tema, não se limitarão ao Congresso. Deputados, como Ronaldo Caiado (DEM-GO), já anunciaram que recorrerão ao Supremo contra a MP 571/12, entendendo que a Constituição veda a edição de medida sobre tema já alvo de deliberação do Congresso.

“Queremos discutir primeiro o veto e não uma MP”, reclama o deputado Moreira Mendes (PSB-RO), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Até mesmo quem defende o acordo no Senado, como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), aponta falhas na sanção, como as mudanças nas normas para recuperação das áreas de preservação permanente (APPs) e o tratamento dado à recuperação das áreas próximas às nascentes. Ele já apresentou emendas à MP.

“A melhor alternativa para o Brasil era o texto aprovado pelo Senado, na íntegra”, lamenta.

As tensões entre ambientalistas e ruralistas — e com o governo — retornaram ao Congresso e durarão até a votação da MP — ou dos vetos. A MP tem validade máxima até outubro, caso não seja convertida em lei antes. A partir de 12 de julho, passa a trancar a pauta da Casa onde estiver (Câmara ou Senado). Outro complicador é o ano eleitoral, quando, as atividades do Congresso são, tradicionalmente, menos aceleradas.

A missão de obter um novo consenso está nas mãos de Luiz Henrique (PMDB-SC), relator da comissão especial que vai analisar a MP 571/12. O senador, ao lado do colega Jorge Viana (PT-AC) já havia sido o relator do texto aprovado pela ampla maioria dos senadores em dezembro do ano passado.



Luiz Henrique (E), que foi relator do Código Florestal juntamente com Jorge Viana, agora negocia a MP

## Relatores apresentaram projeto após aprovação na Câmara

PARALELAMENTE À medida provisória e aos vetos da presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal, os senadores analisam o projeto (PLS 123/12) apresentado pelos relatores do Código Florestal no Senado, Luiz Henrique e Jorge Viana, que regulariza atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural consolidadas até julho de 2008 em áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL).

Grande parte das medidas previstas no projeto estava na proposta de novo Código Florestal

(PLC 30/11) aprovado em dezembro pelo Senado, mas foram modificadas no texto aprovado pela Câmara em abril, e que foi vetado. Relator da Medida Provisória 571/12, Luiz Henrique já criticou a quebra do acordo feito no Senado e apontou inconstitucionalidades no texto da Câmara. Assim, é possível que dispositivos do projeto sejam incorporados a seu relatório final.

A proposta estabelece que União e estados terão até dois anos para implantar programas de Regularização Ambiental (PRAs) para áreas desmatadas

ilegalmente. O proprietário terá até dois anos para aderir ao PRA. Somente assim, o dono das terras não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008.

Se cumpridas as determinações do PRA, eventuais multas ambientais serão convertidas em serviços de preservação e melhoria do meio ambiente, regularizando o uso das áreas rurais consolidadas. Assim como a MP 571/12, a proposta estabelece critérios para a recomposição de matas ao longo de rios e cursos d'água, variáveis

de acordo com o tamanho da propriedade rural, com exceções em bacias hidrográficas consideradas críticas pelo Conselho de Recursos Hídricos.

De acordo com o projeto, as propriedades que em 2008 apresentavam área de reserva legal menor que o exigido em lei estarão regularizadas se for feita a recomposição da vegetação, em até 20 anos, com plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, estas últimas ocupando, no máximo, a metade da área a ser recuperada.

Wellington Dias (PT-PI).

► **PLS 606/07**, do então senador Valter Pereira: destina recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA — Lei 7797/89) para a recuperação de áreas degradadas. O projeto está na CMA, onde o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto favorável.

► **PLS 309/10**, do então senador Gilberto Goellner: institui a Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais e Ecosistêmicos, para adequar cadeias produtivas nacionais ao desenvolvimento sustentável, estabelecendo mecanismos para o pagamento por esses serviços. O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator é Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

► **PLS 8/11**, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): inclui no Código Florestal permissão para plantio de espécies frutíferas e ornamentais na

recomposição da reserva legal e da área de preservação permanente na Amazônia Legal e em propriedade familiar, com a possibilidade de concessão de incentivos fiscais e creditícios para permitir maior renda aos agricultores. O projeto está na CAE, onde o relator é o senador Jorge Viana (PT-AC).

► **PLS 249/11**, do senador Luiz Henrique (PMDB-SC): prevê redução de Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas que aplicarem parte dos recursos devidos em projetos de reflorestamento em propriedade rural familiar. O projeto já tem parecer favorável da CMA e está na CAE, onde o relator é o senador Jorge Viana.

► **PLS 396/11**, da senadora Ana Rita (PT-ES): autoriza a concessão de incentivos econômicos (bônus e redução de juros em programas oficiais de crédito rural) para agricultores familiares que promoverem a regeneração florestal, conservação

e recuperação de solo. O projeto já tem parecer favorável da CMA e está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde o relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), apresentou voto favorável.

► **PLS 533/11**, do senador Jayme Campos (DEM-MT): cria incentivos fiscais para estimular o controle ambiental de resíduos das empresas. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator é o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

► **PLS 155/12**, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF): destina recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei 7797/89) ao pagamento por serviços ambientais e de recomposição da cobertura vegetal em áreas de preservação permanente ao longo de rios. O projeto está na Comissão de Infraestrutura (CI), onde o relator é João Capiberibe (PSB-AP).

## CONSULTORIA ANALISA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COM A PROXIMIDADE DA Rio+20, a Consultoria Legislativa e o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado prepararam uma coletânea de 25 artigos dos consultores intitulada *Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável*.

Os autores, especialistas em suas áreas, em um espaço curto, de duas a três páginas, se posicionam e argumentam sobre questões relevantes que envolvem a economia e o meio ambiente, com explicações e propostas, que ajudam o público a compreender o tema em discussão.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas também acaba de publicar o texto “Sustentabilidade, Produção Lucrativa e Atuação Governamental para uma Economia Verde”, da consultora Cristina Thedim Brandt, que examina as implicações econômicas e políticas do desenvolvimento sustentável. A consultora, mestre em Economia pela London School of Economics, discute, em 26 páginas, como conciliar lucratividade das empresas com restrições impostas pela preservação do meio ambiente.

Os textos podem ser encontrados no link <http://bit.ly/boletimLegislativo>



## Senadores discutem adoção de mecanismo idealizado pela ONU

PARA QUE os objetivos de preservação do meio ambiente consigam conter a pressão financeira que leva ao avanço do desmatamento, a Organização das Nações Unidas (ONU) idealizou, em 2005, um mecanismo para o pagamento por serviços ambientais.

É o Redd+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Evitados), que contabiliza as reduções de emissões de gases de efeito estufa no caso do desmatamento que venha a ser evitado. Por meio desse mecanismo, países que precisam de apoio para conter a derrubada das florestas podem receber compensações financeiras da comunidade internacional, como

colocando o Brasil na vanguarda. Você passa a ter uma capacidade de investimento que não depende apenas da arrecadação de tributos”, reforça Eduardo Braga.

“Não estamos reinventando a roda, estamos apenas trazendo para a teoria econômica e financeira o que o clima e a natureza já nos dão. Ou seja, algo que cria o mesmo elo e a mesma interdependência que existe entre natureza e essas questões [produção agropecuária e geração de energia]”, explicou.

“Se construirmos mecanismos rentáveis, todos vão querer aderir”, completou. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), já apresentou voto favorável.



Eduardo Braga

onde o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), já apresentou voto favorável.

## Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O PLS 33/08, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, também atende a uma sugestão da ONU: institui a Redução Certificada de Emissão (RCE), unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa correspondente a uma tonelada métrica de dióxido de carbono, como medida a ser utilizada nas negociações no mercado de carbono.

A medida é um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto, pelo qual países desenvolvidos podem financiar projetos ou comprar reduções de emissões de países emergentes.



Propriedade no Vale do Ribeira (SP): MP determina reflorestamento

## Senado quer mais incentivos para quem preserva

A DISCUSSÃO do novo Código Florestal deixou claro que é necessário incentivar proprietários rurais a manter em pé as florestas. Afinal, se a preservação não trouxer ganhos ao produtor, a pressão para que a mata dê espaço para a plantação — e maior renda — continua.

Para isso, senadores sugerem mecanismos para pagamentos por serviços ambientais (PSA), fórmula que permite a compensação financeira para quem, entre outras medidas, áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal (RLs) sejam mantidas e recompostas, e a nova lei surta os efeitos desejados. Porém, há dificuldades para retirar a ideia do papel.

“Se quisermos trazer de volta parte dos milhões de hectares [de florestas] que perdemos, precisamos estabelecer uma aliança com proprietários rurais e remunerar aqueles que prestam serviços ao meio ambiente, preservando os recursos naturais”, frisou Jorge Viana (PT-AC), relator do Código Florestal na CMA.

PSA significa uma premiação, geralmente financeira, com o fim de motivar os donos da terra a cuidar dos ecossistemas que geram benefícios como a melhoria da qualidade do ar (neutralização de gases causadores do efeito estufa, como o CO<sub>2</sub>), da água (redução do assoreamento e da contaminação dos rios), do solo (redução da erosão e aumento da capacidade de absorção de água) e a conservação da biodiversidade e dos recursos genéticos (usados

na agricultura, na medicina, na indústria de cosméticos etc.), bem como a preservação da beleza natural, a navegação fluvial e o controle da das enchentes. Com o PSA, os beneficiados (a sociedade) pagariam pelo esforço do dono das terras.

Alguns instrumentos para esse pagamento incluem crédito e seguro agrícola em condições vantajosas; linhas de financiamento para preservação e proteção de vegetação nativa e de recuperação de áreas degradadas; uso restrito da base de cálculo do Imposto Territorial Rural (ITR), descontadas APPs e RLs; e isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos.

### Desafios

Porém, são muitos os desafios para que o PSA saia da teoria para a prática. Primeiro, faltam fontes de recursos para remunerar adequadamente os proprietários de terras. Outra dificuldade é dar valor aos serviços prestados pelas florestas, mesmo que já haja estimativas. Ou seja, ainda não se sabe qual a conta exata e nem a quem (União, estados ou municípios) ou como apresentá-la.

Ivo Cassol (PP-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugerem que municípios e estados que preservarem obtenham fatias maiores de fundos constitucionais. Eduardo Braga (PMDB-AM) cita o fundo para agricultura de baixo carbono, administrado pelo BNDES, que já tem R\$ 2 bilhões sem que nenhum projeto tenha sido beneficiado até o momento.

Senadores têm propostas para incluir no texto constitucional novas garantias para o meio ambiente, que pode ser direito social

## PECs ampliam proteção

ALÉM DOS projetos relativos à questão ambiental em discussão no Senado, existem propostas de emenda à Constituição (PEC) que pretendem ampliar as garantias ambientais. O texto constitucional pode, assim, ficar ainda mais “verde”, tendo em vista que os constituintes já haviam incluído em 1988 um capítulo específico sobre meio ambiente na parte que trata da ordem social (Título VIII). Mudanças na Constituição, porém, são mais difíceis de acontecer. Uma PEC precisa do apoio de um terço dos senadores ou dos deputados para ser apresentada e, para ser aprovada, do voto de, no mínimo, três quintos dos parlamentares em cada Casa, em dois turnos.

A PEC 82/07, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), pretende alterar o artigo 125 para obrigar quem desenvolve atividade lesiva ou potencialmente

danosa ao meio ambiente a contratar seguro de responsabilidade civil.

Já no capítulo dos direitos sociais, a PEC 16/12, de Cristovam Buarque (PDT-DF), pretende incluir, no artigo 6º, “o meio ambiente saudável” como direito dos cidadãos brasileiros.

A PEC 11/12, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), propõe acrescentar às competências do Senado a avaliação das políticas públicas ambientais.

A PEC 51/11 acrescenta às disposições transitórias da Constituição a criação do Fundo para Revitalização Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Parnaíba. A proposta é de Ciro Nogueira (PP-PI).

As propostas estão na CCJ, comissão responsável pela primeira avaliação das PECs.



Senado analisa PEC para recuperar o rio Parnaíba, que invadiu as ruas de Luzilândia (PI) em janeiro de 2011

## Mais recursos e ações para a preservação ambiental

Controlar emissão de gases poluentes e prevenir desastres ambientais também estão entre as medidas em análise no Senado



Marcelo Crivella



Lídice da Mata



Serys Shesharenko

► **PLS 94/08**, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), torna obrigatória, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, a elaboração de protocolo de intenções sobre a adoção de medidas de preservação e recuperação do meio ambiente, de diminuição de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação às mudanças climáticas. Em análise pela CCJ.

► **PLS 21/11**, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), determina que despesas orçamentárias destinadas a ações ambientais devem ser protegidas contra contingenciamentos adotados pelo governo para cumprir as metas fiscais. Tramita em conjunto com o PLS 150/05 e PLS 90/07, ambos do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Está em análise pela CAE, já tendo sido aprovada pela CMA e pela CDR.

► **PRS 17/07**, da então senadora Serys Shesharenko, institui o Programa Carbono Zero para neutralizar as emissões de carbono geradas pelo Senado. Em análise pela Secretaria-Geral da Mesa, tendo o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) como relator.

► **PRS 13/12**, do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado. Serão premiadas pessoas físicas e jurídicas que tenham desenvolvido



Projeto visa evitar desastres como o de Nova Friburgo (RJ), em 2011

iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Aguarda promulgação.

► **PLS 65/10**, do então senador Renato Casagrande, dificulta a ocupação de áreas onde há risco de desastre ambiental e prevê medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios. Tramita em conjunto com os projetos de lei do Senado 541/07, do senador licenciado Marcelo Crivella, 16/09, do então senador Raimundo Colombo,

e 99/10, da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Em análise pela CCJ.

► **PLS 70/06**, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estabelece diversas medidas para adequar a prestação de serviços públicos, como saneamento básico, ao crescimento urbano. Entre elas, está a obrigação de que a política de universalização do serviço de energia elétrica leve em consideração a proteção ambiental. O projeto está em tramitação na CCJ.

► **PLS 183/08**, também de Pedro Simon, determina a adoção, nas construções urbanas, de sistemas de captação de águas pluviais e a reutilização de águas de piscinas e chuveiros em esgoto sanitário. Propõe também a medição individualizada do consumo de água e a integração dos sistemas de coleta de resíduos sólidos aos serviços de saneamento básico. Em análise pela CCJ.



Rodrigo Rollemberg



Renato Casagrande



Pedro Simon

## Compra pública pode priorizar empresa com boa prática ambiental

AS COMPRAS feitas pelos governos federal, estaduais e municipais — estimadas em cerca de 30% do PIB — podem se transformar em ferramenta para estimular práticas sociais responsáveis, como a produção baseada na sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, projetos em tramitação no Senado alteram a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para incluir requisitos ligados à preservação do meio ambiente nas concorrências públicas.

Porém, o senador Ivo Cassol (PP-RO), relator do PLS 578/11, sobre o tema, alerta que a inclusão de critérios ambientais para a classificação de propostas pode entrar em conflito com os objetivos constitucionais de evitar o desperdício de recursos públicos e de garantir tratamento isonômico para as empresas que vendem para o governo.

Assim, em seu relatório à CMA, Cassol alterou o texto inicial do PLS 578/11, do senador Cicero Lucena (PSDB-PB), que propunha a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental e justiça social entre os principais requisitos das licitações para obras acima de 20 mil metros quadrados. O relator estendeu a exigência a todas as obras ressaltando, no entanto, que os critérios serão condições para admissibilidade das propostas, mas que não podem determinar a classificação das propostas.

### Projetos

O PLS 25/07, do então senador Tião Viana, prevê a sustentabilidade como critério de desempate entre vencedores de licitações e a inclusão de requisitos ambientais nos editais. Uma empresa de celulose que não faz manejo florestal, por exemplo, ficaria proibida de vender papel a órgãos públicos. Segundo Tião Viana, essa prática, já adotada

pela União Europeia, seria uma medida eficaz de proteção ambiental. Já aprovado pela CMA, o PLS 25/2007 está na

CCJ, onde recebeu parecer favorável do relator, Anibal Diniz.

Também o PLS 366/08, do então senador Expedito Júnior, propõe como critério de desempate em licitações as boas práticas ambientais. A proposta tramita em conjunto com o PLS 224/07, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que cria o selo Empresa Responsável, também a ser usado como critério de desempate. Relatora dos projetos na CDR, a senadora Ana Amélia (PP-RS) apresentou substitutivo aprovado na CDR e na CMA.

O PLS 5/11, de Magno Malta (PR-ES), estabelece a obrigatoriedade de a administração pública levar em conta critérios de sustentabilidade ambiental para a seleção da proposta vencedora nas licitações. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), incluiu emenda para que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) comprove que os critérios são atendidos pela empresa. Com parecer aprovado na CMA, o projeto aguarda decisão da CRA.

Já o PLS 739/11, do senador licenciado e ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella (PRB-RJ), determina a elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras de engenharia financiadas com recursos da União. O PLS 612/207, do então senador Renato Casagrande, determina o uso de papel reciclado produzido no Brasil em livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação (MEC). O projeto está na CMA, onde o relator, Cicero Lucena é favorável.



Movimentos sociais protestam contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), licenciada pelo Ibama

Propostas alteram concessão de licenças e punição de crimes ambientais

## Mudanças em leis ambientais

LICENCIAMENTO E crimes ambientais são dois temas que também estão na pauta de discussão do Senado. Projetos em tramitação na Casa propõem diversas mudanças para aperfeiçoar a legislação em vigor.

É o caso do PLS 731/11, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), já aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Ele modifica a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), elevando os limites das multas administrativas de R\$ 50 a R\$ 50 milhões para R\$ 300 a R\$ 200 milhões.

Rollemberg explicou que os valores das multas administrativas foram estabelecidos há 14 anos e, por isso, estão defasados. Segundo ele, já não correspondem ao tamanho dos danos causados e às vantagens obtidas pelos infratores.

Para exemplificar, ele levantou a hipótese de um derramamento de petróleo em bacia litorânea. “As empresas não se sentem estimuladas a zelar pela segurança porque os preços do petróleo dispararam, mas as multas se mantiveram inalterados”, justifica. Já o PLS 271/04, de Paulo Paim (PT-RS), reorganiza os prazos de processo destinado a punir infração ambiental.

Paim afirma que prazos como os destinados à apresentação da defesa e ao julgamento da infração estão desencontrados, o que prejudica o processo e favorece a impunidade. A medida está em análise pela CCJ.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentou o PLS 180/09, que altera a condição para servidor público ser punido em caso de autorização em

desacordo com as normas ambientais. Quem comprovar ter agido de boa-fé não será punido por crime culposo (não intencional). Aprovado na CCJ, aguarda análise pelo Plenário.

### Obras

O PLS 179/09, apresentado pela CAE, propõe regras para acelerar o processo de licenciamento ambiental para construção de hidrelétricas. Projetos considerados estratégicos terão prioridade na obtenção da licença.



Ana Amélia



Anibal Diniz



Lindbergh Farias

Em análise na Comissão de Serviços de Infraestrutura, tendo como relator Lindbergh Farias (PT-RJ).

O efeito estufa é a preocupação do PLS 223/08, do então senador João Pedro. A proposta introduz, no licenciamento ambiental de empreendimentos que usam carvão mineral como combustível, a exigência de que sejam calculadas as emissões de gases poluentes. Determina que seja reforestada área suficiente para neutralizar essas emissões. Encontrase na CMA. O relator é Sérgio Souza (PMDB-PR).

Da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o PLS 32/08 inclui, no licenciamento ambiental de iniciativas de previsão de mais de 25 anos de operação, requisitos do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. Será relatado por Anibal Diniz (PT-AC) na CMA.

### EXPORTAÇÃO DE MADEIRA E SELO AMBIENTAL PARA ZONA FRANCA

► **PLC 84/11** proíbe, por cinco anos, a exportação de madeira não beneficiada, originária de floresta nativa. Madeiras beneficiadas são as transformadas em vigas, tábuas, lâminas ou outras formas de comercialização. Hoje, é permitida, segundo o Ibama, a exportação de madeira não beneficiada após emissão de licença. De autoria do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), está na CCJ.

► **PLS 185/11** institui o selo Preservação da Amazônia para produtos da Zona Franca de Manaus, com o objetivo de atestar a sua adequação ambiental. O projeto, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é relatado pelo senador Cicero Lucena (PSDB-PB), que já apresentou substitutivo favorável à proposta em março deste ano.



Ivo Cassol



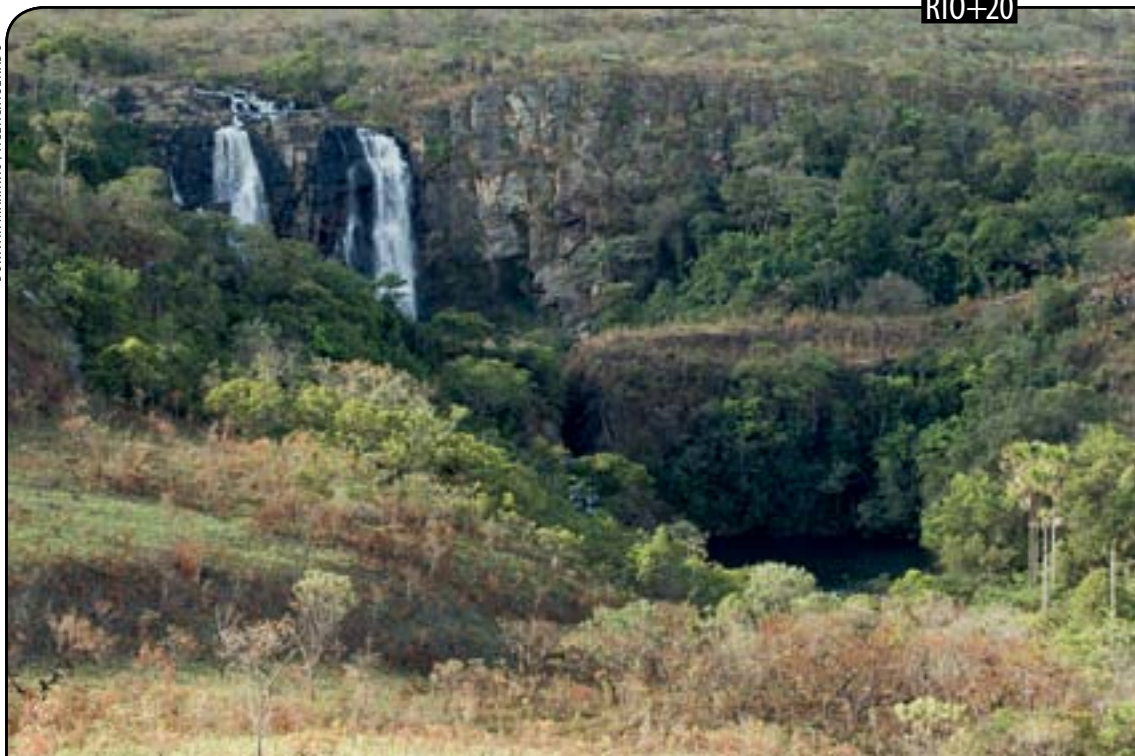
Tião Viana



Lúcia Vânia

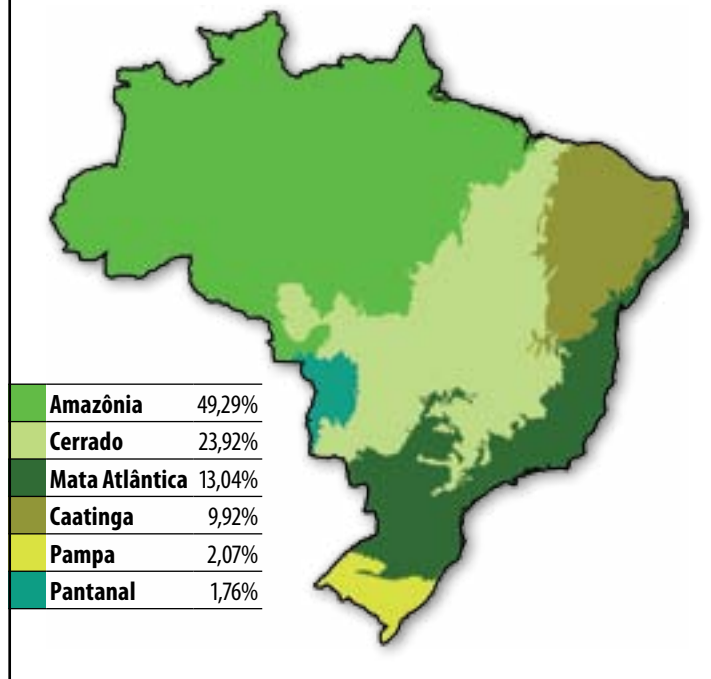


Cicero Lucena



► Salto do rio Corumbá (GO): conservar o Cerrado é proteger as nascentes de alguns dos grandes rios brasileiros

### Biomias continentais brasileiros



Fonte: IBGE

Cerrado, Caatinga e Pampa estão entre os ecossistemas que poderão ser beneficiados pelas propostas do Senado

# Novos biomas podem receber mais recursos para preservação

O BRASIL possui uma das maiores biodiversidades do mundo, de acordo com o Ibama. Para ajudar a preservar essa riqueza, propostas em tramitação no Senado incluem mais biomas entre os ecossistemas protegidos pela Constituição federal. Hoje são reconhecidos

como patrimônio nacional apenas cinco biomas: a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a Zona Costeira.

Bioma é uma grande área contínua, com características ambientais semelhantes. Serve de referência para a fixação de políticas públicas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a inclusão de novos

biomas na Constituição permite destinar mais recursos para a conservação das áreas.



WALDEMAR BARRETO / AGENCIA SENADO

► Paulo Paim

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/09, de Paulo Paim (RS-PT), inclui o Pampa, o Cerrado e a Caatinga e exclui a Serra do Mar da lista constitucional. Dessa forma, a

Constituição ficaria de acordo com análise técnica que, em 2003, reconheceu a existência de sete biomas no Brasil: seis continentais, mais o costeiro, que reúne ecossistemas existentes ao longo do litoral.

Em relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva disse que a

biodiversidade do Pampa está ameaçada pois menos de 1% da região é protegido por unidades de conservação.

Sobre o Cerrado, Marina Silva argumenta que o fato de esse bioma hospedar nascentes de grandes rios, como o São Francisco, é suficiente para justificar sua preservação.

O Cerrado e a Caatinga são tema das propostas de emenda à Constituição 32/08, da então senadora Patrícia Saboya, e 53/09, do senador licenciado e atual ministro da Pesca e da Aquicultura, Marcelo Crivella. A primeira já foi aprovada pela CCJ e a segunda aguarda designação de relator na mesma comissão.



PEDRO FRANÇA / AGENCIA SENADO

► Demóstenes Torres

Segundo Patrícia Saboya, é um erro a Caatinga ainda não ser protegida, pois é o único bioma exclusivamente brasileiro.

A proposta de Crivella inclui mais um bioma na lista: a Mata dos Cocais. Vegetação de transição entre a Amazônia e a Caatinga, caracteriza-se pela predominância de palmeiras como a carnaúba, o babaçu e o buriti.

Já aprovada pelo Senado, a PEC 504/10, de Demóstenes Torres (sem Partido-GO), também reconhece o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional. Tramita agora na Câmara em conjunto com a PEC 115/95, conhecida como PEC do Cerrado.

O PLS 91/08, de Gim Argello (PTB-DF), prevê a destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para a criação de centros de educação ambiental em municípios dos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. Com pareceres aprovados na CMA e na CE, aguarda análise da CAE, onde, em maio de 2012, Aloysio Nunes Ferreira foi designado relator.



► Gim Argello

O PLS 440/11, do Sérgio Souza (PMDB-PR), autoriza a criação da Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro, estatal que vai controlar as pesquisas biotecnológicas e deter o monopólio das patentes registradas. A proposta foi aprovada na CMA e aguarda avaliação da CCT, que recebeu, em março, parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

## Propostas fortalecem unidades de conservação

EM ANÁLISE pela CCJ, a PEC 47/11, de Ivo Cassol (PP-RO), aumenta em 1% a transferência constitucional de recursos da União para estados (0,5%) e municípios (0,5%). O valor deve ser empregado em unidades de conservação de proteção integral, nas quais são admitidos apenas o uso indireto dos recursos naturais. “Considerando a arrecadação em 2010, esse 1% correspon-

deria à R\$ 195 milhões para estados e igual valor para municípios”, calcula Cassol.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 750/11, de Blairo Maggi (PR-MT), cria a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. A medida aguarda apreciação pela CCJ. De acordo com o senador, a proposta vai preencher lacunas existentes na legislação federal sobre o bioma.

“Precisamos de tranquilidade jurídica para garantir o uso sustentável dos recursos naturais e assegurar a preservação da biodiversidade pantaneira para gerações futuras”, disse.

Já o Projeto de lei da Câmara (PLC) 93/07, do então deputado Anselmo de Jesus, cria nova categoria de unidade de conservação, a reserva legal em bloco, constituída pelo agrupamento de áreas

destinadas à preservação em assentamento rural para reforma agrária. Também em análise pela CCJ.



► Pantanal: legislação possui lacunas que ameaçam preservação do bioma

#### ■ Jornal do Senado

Praça dos Três Poderes • Anexo I do Senado Federal, 20º andar  
Brasília/DF • CEP: 70165-920  
site: www.senado.gov.br/jornal • email: jornal@senado.gov.br  
twitter: twitter.com/jornaldosenado • facebook: facebook.com/jornaldosenado  
tel: 0800 61-2211 • fax: (61) 3303-3137

#### ■ Diretor da Secretaria Especial de

Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Direção de Jornalismo: Davi Emerich  
Diretor da Agência Senado: Mikhail Lopes  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão  
Capa: Priscilla Paz

#### ■ Edição e redação do suplemento: João Carlos Teixeira •

Joseana Paganine • Sylvio Guedes • Thâmara Brasil  
Revisão: André Falcão • Pedro Pincer  
Diagramação: Claudio Portella  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo • Roberto Suguino  
Arquivo Fotográfico: Braz Félix • Natasha Machado